

6º SIMULADO GERAL

GABARITO

1D	2B	3C	4E	5A	6E	7D	8B	9C	10A
11A	12A	13E	14C	15B	16A	17B	18C	19A	20C
21D	22B	23E	24D	25B	26C	27D	28E	29B	30D
31D	32C	33C	34A	35E	36B	37B	38D	39C	40D
41D	42C	43D	44A	45D	46E	47B	48C	49A	50E
51D	52E	53B	54A	55D	56B	57E	58C	59A	60B
61C	62E	63C	64D	65B	66A	67B	68A	69B	70A
71E	72A	73B	74A	75A	76E	77D	78D	79C	80C
81A	82C	83D	84B	85C	86B	87C	88E	89D	90A
91B	92C	93E	94C	95E	96D	97E	98D	99A	100A

GABARITO COMENTADO

LÍNGUA PORTUGUESA

1 – (6º Simulado Geral. 2021. Vunesp) Leia a tira para responder às questões de números 01 e 02.



(Beck, Alexandre. Armandinho Cinco. Florianópolis, SC: A. C. Beck, 2015, p. 33)

No contexto da tira, constrói-se o efeito de sentido por meio da

- A) veemência com que o garoto refuta a ideia de que possa vir a praticar exercícios físicos.
- B) divergência dos personagens sobre a quantidade de exercícios necessária à boa forma física.
- C) desmotivação do garoto para adotar práticas que possam resultar em melhoria da saúde.
- D) atribuição de sentidos distintos pelos dois personagens à ideia de corpo perfeito.
- E) resistência do garoto em assumir a sua indisposição para a prática de exercícios físicos.

Comentário

D) atribuição de sentidos distintos pelos dois personagens à ideia de corpo perfeito.

CORRETA. De fato, a personagem menina atribui o sentido de corpo feito à prática de exercícios físicos (perceba que ela está com halter para musculação), eis que sua irmã havia dito que é preciso muito esforço para adquirir um corpo perfeito.

Por outro lado, o personagem menino pensa que o corpo perfeito é aquele que tudo funciona direitinho, referindo-se mais aos órgãos e partes do corpo.

GABARITO D

2 - (6º Simulado Geral. 2021. Vunesp) Na frase do primeiro quadrinho – ... é preciso muito esforço para ter um corpo perfeito! –, o sentido expresso pelo termo “para” também pode ser corretamente identificado em:

- A) Para onde quer que fosse, seria preciso ajustar-se a um novo ambiente.
- B) Para manter-se à altura do cargo que ocupava, enfrentava grandes desafios.
- C) Como já estivesse muito tarde, postergou a atividade para o dia seguinte.
- D) Decidiu que aquela era a hora de mudar para um lugar mais tranquilo.
- E) De um momento para outro, a temperatura caiu sem que se percebesse.

Comentário

Vamos retomar a frase do enunciado:

... é preciso muito esforço para ter um corpo perfeito!

Perceba que o termo “para” é uma conjunção final, ou seja, que exprime a ideia de finalidade.

Observe que o termo “para” pode ser substituído tranquilamente por “a fim de”:

“é preciso muito esforço a fim de ter um corpo perfeito”!

Assim, devemos assinalar a alternativa que o termo “para” também expressa a ideia de finalidade.

Vamos às alternativas:

A) Para onde quer que fosse, seria preciso ajustar-se a um novo ambiente.

INCORRETA. O termo “para” exprime a ideia de direção (lugar).

B) Para manter-se à altura do cargo que ocupava, enfrentava grandes desafios.

CORRETA. Enfrentava grandes desafios a fim de se manter à altura do cargo que ocupava. Perceba que o termo “para”, que pode ser substituído por “a fim de”, exprime a ideia de finalidade.

C) Como já estivesse muito tarde, postergou a atividade para o dia seguinte.

INCORRETA. O termo “para” exprime a ideia de tempo.

D) Decidiu que aquela era a hora de mudar para um lugar mais tranquilo.

INCORRETA. O termo “para” exprime a ideia de direção (lugar).

E) De um momento para outro, a temperatura caiu sem que se percebesse.

INCORRETA. O termo “para” exprime a ideia de tempo. Quando? De um momento para o outro.

GABARITO B

3 – (6º Simulado Geral. 2021. Vunesp) Leia o texto para responder às questões de números 03 a 10.

Vida média

Continuamos a acreditar que vivemos numa época em que a tecnologia dá passos gigantes e diários, a perguntar onde vamos parar com a globalização, mas refletimos com menos frequência sobre o fato de que o aumento do tempo médio de vida é o maior avanço da humanidade – e neste campo a aceleração supera a de qualquer outra façanha. Na verdade, o troglodita que conseguiu produzir fogo artificialmente já havia compreendido obscuramente que o homem poderia dominar a natureza. Desde a invenção do vapor ficou claro que conseguiríamos multiplicar a velocidade dos deslocamentos, assim como já se podia supor que um dia chegaríamos à luz elétrica. Mas durante séculos os homens sonharam em vão com o elixir da longa vida e com a fonte da juventude eterna. Na Idade Média existiam ótimos moinhos de vento, mas existia também uma igreja que os peregrinos procuravam para obter o milagre de viver até os 40 anos.

Fomos à Lua há muitos anos e ainda não conseguimos ir a Marte, mas na época do desembarque lunar uma pessoa de 70 anos já havia chegado ao fim da vida, enquanto hoje temos esperanças razoáveis de chegar aos 90. Em suma, o grande progresso ocorreu no campo da vida, não no campo dos computadores.

Muitos dos problemas que devemos enfrentar hoje têm relação com o aumento do tempo médio de vida. E não estou falando apenas das aposentadorias. A imensa migração do Terceiro Mundo para os países ocidentais nasce certamente da esperança de milhares de pessoas de encontrar comida, trabalho e principalmente de chegar a um mundo onde se vive mais – ou, seja como for, fugir de um outro mundo onde se morre cedo demais. No entanto – embora não tenha as estatísticas à mão –, creio que a soma que gastamos em pesquisas gerontológicas e em

medicina preventiva seja infinitamente menor do que o investimento em tecnologia bélica e em informática. Sabemos muito bem como destruir uma cidade ou como transportar informação a baixo custo, mas ainda não temos ideia de como conciliar bem-estar coletivo, futuro dos jovens, superpopulação mundial e aumento da expectativa de vida.

Um jovem pode pensar que o progresso é aquilo que lhe permite enviar recadinhos pelo celular ou voar barato para Nova York, enquanto o fato surpreendente – e o problema não resolvido – é que, se tudo correr bem, ele só precisará se preparar para ser adulto aos 40 anos, enquanto seus antepassados tinham de fazê-lo aos 16.

Certamente é preciso agradecer a Deus ou à sorte por vivermos mais, mas temos de enfrentar esse problema como um dos mais dramáticos de nosso tempo e não como um ponto pacífico.

(Eco, Humberto. Pape Satan Aleppe: crônicas de uma sociedade líquida. Rio de Janeiro: Record, 2017)

Segundo o autor do texto,

- A) o desenvolvimento frequente de novas tecnologias e o avanço desenfreado da globalização empurram o mundo para o esgotamento dos recursos naturais.
- B) o aumento da longevidade produziu, como avanço igualmente importante, o redirecionamento da informática para propiciar bem-estar à população idosa.
- C) a preocupação constante com o avanço tecnológico coloca em segundo plano as questões mais urgentes do nosso tempo, como o aumento da expectativa de vida.
- D) os computadores são um dos grandes paradoxos da atualidade, visto que pesquisas para criação de armas resultam em avanços no campo da medicina preventiva.
- E) a necessidade de enfrentar os problemas do mundo globalizado exige que os homens da atualidade tornem-se adultos muito mais cedo do que em tempos passados.

Comentário

C) a preocupação constante com o avanço tecnológico coloca em segundo plano as questões mais urgentes do nosso tempo, como o aumento da expectativa de vida.

CORRETA.

Vejamos o primeiro parágrafo:

“Continuamos a acreditar que vivemos numa época em que a tecnologia dá passos gigantes e diários, a perguntar onde vamos parar com a globalização, mas refletimos com menos frequência sobre o fato de que o aumento do tempo médio de vida é o maior avanço da humanidade – e neste campo a aceleração supera a de qualquer outra façanha.”

“a perguntar onde vamos parar com a globalização” - demonstra a preocupação com o avanço tecnológico.

“refletimos com menos frequência sobre o fato de que o aumento do tempo médio de vida é o maior avanço da humanidade” – demonstra que essa questão ficou em segundo plano.

GABARITO C

4 – (6º Simulado Geral. 2021. Vunesp) Considere a seguinte passagem do texto:

- Na Idade Média existiam ótimos moinhos de vento, mas existia também uma igreja que os peregrinos procuravam para obter o milagre de viver até os 40 anos. Nessa passagem, o autor expõe um argumento recorrentemente empregado no texto para enfatizar a ideia de que

A) o advento contemporâneo da globalização criou condições que favoreceram a reflexão mais racional em torno dos problemas que historicamente acometem a humanidade.

B) as primeiras invenções eram um prenúncio do atual estágio de desenvolvimento tecnológico, progresso que a humanidade não conseguiu realizar em qualquer outro campo.

C) a solução para os principais problemas da atualidade, como a contenção da imigração, exige medidas concretas, que podem ser adotadas com o emprego da tecnologia.

D) a crença e o pensamento reflexivo foram fundamentais para levar o homem a realizar feitos que resultaram em muitas das invenções tecnológicas atualmente conhecidas.

E) as tecnologias, comparadas ao evento recente do aumento médio de vida do homem, revelam-se algo banal, já que sempre estiveram presentes na história da humanidade.

Comentário

E) as tecnologias, comparadas ao evento recente do aumento médio de vida do homem, revelam-se algo banal, já que sempre estiveram presentes na história.

CORRETA. O autor, durante ao texto, enfatiza a ideia de que o aumento da expectativa da vida do homem é o maior avanço da humanidade, superando o avanço de qualquer outra façanha.

Assim, quando ele diz que na Idade Média já existiam moinhos de vento (alta tecnologia para a época), ele quis dizer que as tecnologias sempre estiveram presentes na história da humanidade e quando comparadas ao aumento médio de vida do homem, que antes era de 40 e hoje já está em 90, são banais.

GABARITO E

5 - (6º Simulado Geral. 2021. Vunesp) A seguinte passagem do texto caracteriza-se pelo emprego de palavra(s) em sentido figurado:

- A) Continuamos a acreditar que vivemos numa época em que a tecnologia dá passos gigantes e diários...
- B) Desde a invenção do vapor ficou claro que conseguiríamos multiplicar a velocidade dos deslocamentos...
- C) Muitos dos problemas que devemos enfrentar hoje têm relação com o aumento do tempo médio de vida.
- D) Sabemos muito bem como destruir uma cidade ou como transportar informação a baixo custo...
- E) Um jovem pode pensar que o progresso é aquilo que lhe permite enviar recadinhos pelo celular...

Comentário

A) Continuamos a acreditar que vivemos numa época em que a tecnologia dá passos gigantes e diários...

CORRETA. Perceba que esse trecho “dá passos gigantes e diários” está empregado no sentido figurado, pois a tecnologia não é uma pessoa ou um animal para sair por aí dando passos gigantes. Está claro que foi empregado o sentido fantasiado, conotativo, faz de conta.

Nas demais alternativas foram empregadas somente palavras no sentido próprio, do dicionário, denotativo, de verdade.

CONOTAÇÃO (Faz de conta)	DENOTAÇÃO (De verdade)
Linguagem utilizada em seu sentido figurado, fantasiado, atribuindo um novo significado	Linguagem utilizada em seu sentido próprio, literal, original e objetivo
Exemplos: Minha vida é um livro aberto. Eu tenho um olhar frio.	Exemplos: Meu livro está aberto na mesa. Hoje vai fazer muito frio.
COMO DIFERENCIÁ-LOS É Fundamental que se analise o contexto onde a palavra ou a frase aparece, já que a mesma palavra pode ser usada em contextos diferentes, como nos exemplos acima. Analisar sempre o contexto.	



GABARITO A

6 - (6º Simulado Geral. 2021. Vunesp) Considere as frases:

- Na verdade, o troglodita que conseguiu produzir fogo **artificialmente**...
- ... mas ainda não temos ideia de **como** conciliar bem-estar coletivo...

Embora diferentes, os termos destacados nas frases assemelham-se quanto ao sentido, na medida em que expressam, ambos, circunstância de

- A) intensidade.
- B) afirmação.
- C) dúvida.
- D) tempo.
- E) modo.

Comentário

Perceba que “artificialmente” e “como” exprimem a ideia de modo.

“artificialmente” é o modo de como foi produzido o fogo.

“como” corresponde à ideia do modo de como será realizada a ação de conciliar o bem-estar coletivo.

GABARITO E

7 - (6º Simulado Geral. 2021. Vunesp) “**No entanto** – embora não tenha **as estatísticas** à mão – , creio que a soma que gastamos em pesquisas gerontológicas e em medicina preventiva seja infinitamente menor do que o investimento em tecnologia bélica e em informática.”.

A expressão destacada na frase “... embora não tenha **as estatísticas** à mão...” está corretamente substituída, em conformidade com a norma-padrão de uso e de colocação de pronomes, em:

- A) ... embora não tenha-**as** à mão...
- B) ... embora não tenha-**nas** à mão...
- C) ... embora não **lhes** tenha à mão...
- D) ... embora não **as** tenha à mão...
- E) ... embora não tenha-**lhes** à mão...

Comentário

Inicialmente, temos que observar a presença da palavra negativa “não”, a qual atrai o uso do pronome para antes do verbo, ocorrendo a próclise.

Assim, já eliminamos as alternativas “a”, “b” e “e”.

Em segundo, nós temos que analisar o complemento do verbo:

- se exigir preposição (objeto indireto), devemos usar “lhe” ou “lhes”;
- se não exigir preposição (objeto direto), devemos usar “a”, “o”, “as” e “os”.

Lembrando que quando o verbo transitivo direto terminar em R, S ou Z e se ligar a um dos pronomes oblíquos átonos de terceira pessoa (o, a, os, as), essas terminações desaparecem, e os pronomes se transformam em lo, la, los, las.

E quando terminar em som nasal (am, em, ão, ãe, ãe,), os pronomes o, a, os, as alteram-se para no, na, nos, nas.

No caso da questão, estamos diante de um verbo transitivo direto (objeto direto), eis que não exige preposição:

Quem tem, tem alguma coisa (não foi exigida preposição).

Assim, o gabarito correto é a letra “d”.

GABARITO D

8 - (6º Simulado Geral. 2021. Vunesp) “No entanto – embora não tenha **as estatísticas** à mão – , creio que a soma que gastamos em pesquisas gerontológicas e em medicina preventiva seja infinitamente menor do que o investimento em tecnologia bélica e em informática.”.

A expressão “No entanto”, destacada na passagem, estabelece, com o que é enunciado anteriormente no mesmo parágrafo, relação com sentido de

- A) conclusão.
- B) contraste.
- C) explicação.
- D) comparação.
- E) conformidade.

Comentário

B) contraste.

CORRETA. “no entanto” é uma conjunção coordenativa adversativa, a qual exprime ideia de contraste, oposição, assim como “porém”, “mas”, “contudo”, “todavia”

GABARITO B

9 - (6º Simulado Geral. 2021. Vunesp) No entanto – embora não tenha **as estatísticas** à mão –, creio que a soma que gastamos em pesquisas gerontológicas e em medicina preventiva seja infinitamente menor do que o investimento em tecnologia bélica e em informática.”.

A rescrita da frase “... creio que a soma que gastamos em pesquisas gerontológicas e em medicina...” atende à norma-padrão de concordância da língua portuguesa em:

- A) ... creio que a soma gastas em pesquisas gerontológicas e em medicina...
- B) ... creio que a soma que são gastas em pesquisas gerontológicas e em medicina...
- C) ... creio que a soma que se gasta em pesquisas gerontológicas e em medicina...
- D) ... creio que a soma que são gasta em pesquisas gerontológicas e em medicina...
- E) ... creio que a soma que se gastam pesquisas gerontológicas e em medicina...

Comentário

C) ... creio que a soma que se gasta em pesquisas gerontológicas e em medicina...

CORRETA. O que se gasta em pesquisas? A Soma. Logo, sujeito no singular, verbo no singular também. Por isso, o correto é gasta.

Quem gasta, gasta em alguma coisa. Perceba que é exigida a preposição “em”.

GABARITO C

10 - (6º Simulado Geral. 2021. Vunesp) Em conformidade com a norma-padrão de pontuação, na frase “Mas durante séculos os homens sonharam em vão com o elixir da longa vida e com a fonte da juventude eterna.”, a seguinte expressão pode ser isolada com o uso de duas vírgulas:

- A) durante séculos
- B) os homens
- C) sonharam em vão
- D) o elixir da longa vida
- E) com a fonte da juventude

Comentário

“Mas durante séculos os homens sonharam em vão com o elixir da longa vida e com a fonte da juventude eterna.”

A única expressão que permite ser isolada com o uso de duas vírgulas é “durante séculos”, eis que se trata de adjunto adverbial de tempo de curta extensão, sendo facultativa o uso das vírgulas nesse caso.

Lembre-se:

Adjunto adverbial de curta extensão: formado por até 2 termos – vírgula facultativa.

Adjunto adverbial de longa extensão: formado com 3 ou mais palavras – vírgula obrigatória.

GABARITO A

11 - (6º Simulado Geral. 2021. Vunesp) A alternativa redigida de acordo com a norma-padrão de regência nominal e verbal é:

- A) Até hoje ele prefere jogar futebol a frequentar bares, e fica indiferente aos apelos dos amigos.
- B) Parte da população foi imunizada da varíola, mas algumas pessoas evitam de tomar a vacina.
- C) Gosta de argumentar e é hábil para convencer aos outros naquilo que ele quer.
- D) Mostra desobediência para com os superiores e sempre chega atrasado no serviço.
- E) Aconselhei a que ele viaje durante as férias e fique um tempo alheio do que acontece no trabalho.

Comentário

A) Até hoje ele prefere jogar futebol a frequentar bares, e fica indiferente aos apelos dos amigos.

CORRETA. Quem prefere, prefere alguma coisa a algo. O verbo preferir exige a preposição “a”. E quem fica indiferente, fica indiferente a algo, a alguma coisa. Também foi exigida a preposição “a”.

B) Parte da população foi imunizada da varíola, mas algumas pessoas evitam de tomar a vacina.

INCORRETA. Quem é imunizado, é imunizado contra alguma coisa. É exigida a preposição “contra”. E quem evita, evita algo, alguma coisa (não exige preposição).

O correto seria: Parte da população foi imunizada contra varíola, mas algumas pessoas evitam tomar a vacina.

C) Gosta de argumentar e é hábil para convencer aos outros naquilo que ele quer.

INCORRETA. Quem convence, convence alguém de alguma coisa. “Os outros” é o objeto direto (alguém), ou seja, não se pode usar preposição.

O correto seria: Gosta de argumentar e é hábil para convencer os outros daquilo que ele quer.

D) Mostra desobediência para com os superiores e sempre chega atrasado no serviço.

INCORRETA. Quem mostra desobediência, mostra desobediência a algo, a alguém. É exigida a preposição “a” e não “para”. Além disso, quem chega, chega a algum lugar. É exigida a preposição “a” e não “em”.

O correto seria: Mostra desobediência aos superiores e sempre chega atrasado ao serviço.

E) Aconselhei a que ele viaje durante as férias e fique um tempo alheio do que acontece no trabalho.

INCORRETA. O verbo aconselhar pode ser transitivo direto: quem aconselha, aconselha alguém ou alguma coisa. E também pode ser transitivo direto e indireto: quem aconselha, aconselha alguma coisa a alguém.

No caso, estamos diante do objeto direto (aconselhou alguma coisa – que ele viaje). Assim, não podemos usar a preposição “a”.

O correto seria: Aconselhei que ele viaje durante as férias e fique um tempo alheio do que acontece no trabalho.

GABARITO A

12 - **(6º Simulado Geral. 2021. Vunesp)** Assinale a alternativa em que o uso da crase está correto, de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa.

A) Por gentileza, transmita a cada um dos participantes as instruções necessárias para que seja possível dar continuidade à reunião e às tarefas agendadas.

B) Luísa referia-se aquela casa simples e as lembranças daquele tempo feliz, em que, às vezes, se refugiava a sombra dos arbustos do quintal.

C) Quando menina, sonhava ir a Itália, descobrir os encantos e à magia da terra de seus antepassados. Contava sempre isso a suas netas.

D) Agora que não mais saía de casa, quando chegava a noite, ao pé da lareira, reunia às crianças e contava as histórias que ouvira durante sua infância.

E) Todas às colegas as quais me referi estiveram presentes na live desta semana e trouxeram às receitas que haviam prometido.

Comentário

A) Por gentileza, transmita a cada um dos participantes as instruções necessárias para que seja possível dar continuidade à reunião e às tarefas agendadas.

CORRETA. Não há crase no primeiro “a”, eis que antes de pronomes indefinidos não ocorre crase. E quem dá continuidade, dá continuidade a algo, a alguma coisa. Foi exigida a preposição “a” + artigo “a” feminino das palavras “reunião” e “tarefas” = crase.

B) Luísa referia-se aquela casa simples e as lembranças daquele tempo feliz, em que, às vezes, se refugiava a sombra dos arbustos do quintal.

INCORRETA. Deveria ter sido marcado a crase nos dois primeiros “a”. Quem se refere, se refere a algo, a alguma coisa. Foi exigida a preposição “a” mais “a” do pronome demonstrativo “aquela” = crase.

O correto seria: Luísa referia-se àquela casa simples e às lembranças daquele tempo feliz, em que, às vezes, se refugiava a sombra dos arbustos do quintal.

C) Quando menina, sonhava ir a Itália, descobrir os encantos e à magia da terra de seus antepassados. Contava sempre isso a suas netas.

INCORRETA. Quem vai a Itália, volta DA Itália. Quem vai a e volta da, crase há!!! Quem vai a e volta de, crase pra quê? Então, deveria ter crase no primeiro “a”.

Já no segundo “a” não deveria ter sido usada a crase, pois quem descobre, descobre algo, alguma coisa, ou seja, não foi exigida a preposição “a”.

O correto seria: Quando menina, sonhava ir à Itália, descobrir os encantos e a magia da terra de seus antepassados. Contava sempre isso a suas netas.

D) Agora que não mais saía de casa, quando chegava a noite, ao pé da lareira, reunia às crianças e contava as histórias que ouvira durante sua infância.

INCORRETA. O primeiro “a” sem crase está correto, pois “a noite” não é uma locução adverbial feminina. Na verdade, é o sujeito do verbo chegar.

Por outro lado, no segundo “a” não tem a crase, eis que quem reúne, reúne alguém, algo. Não se exige a preposição “a”.

O correto seria: Agora que não mais saía de casa, quando chegava a noite, ao pé da lareira, reunia as crianças e contava as histórias que ouvira durante sua infância.

E) Todas às colegas as quais me referi estiveram presentes na live desta semana e trouxeram às receitas que haviam prometido.

INCORRETA. No primeiro “a” só temos a presença do artigo, de forma que não ocorre crase, a qual exige também a presença da preposição “a”.

No segundo “a” não tem crase, pois quem traz, traz alguma coisa, algo. Não foi exigida a preposição “a”.

O correto seria: Todas as colegas as quais me referi estiveram presentes na live desta semana e trouxeram as receitas que haviam prometido.

GABARITO A

13 - (6º Simulado Geral. 2021. Vunesp) Assinale a alternativa em que a concordância verbal está correta, de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa.

A) Quando falamos do relacionamento entre as pessoas, referimo-nos a algo bastante complexo. Tratamos de seres humanos, e sempre haverão desafios a serem vencidos.

B) O pesquisador foi muito claro em suas respostas, afirmando que já existe fortes indícios de que as novas variantes do vírus já estão circulando no estado de São Paulo.

C) Já fazem doze meses que vivemos sitiados, e praticamente não podemos sair, não podemos encontrar amigos, não podemos abraçar parentes. São tantos não podemos!

D) As autoridades da saúde estão preocupadas, porque começa a surgir novas cepas do vírus em diferentes países. Tudo indica que são mais transmissíveis.

E) A pandemia trará, ainda, muitos problemas, e, sem dúvida, haverá controvérsias sobre tratamentos, vacinas e toda uma gama de situações a serem enfrentadas.

Comentário

A) Quando falamos do relacionamento entre as pessoas, referimo-nos a algo bastante complexo. Tratamos de seres humanos, e sempre ~~haverão~~ desafios a serem vencidos.

INCORRETA. O verbo “haver” empregado no sentido de existir é impessoal, ou seja, deve sempre permanecer no singular.

O correto seria: Quando falamos do relacionamento entre as pessoas, referimo-nos a algo bastante complexo. Tratamos de seres humanos, e sempre haverá desafios a serem vencidos.

B) O pesquisador foi muito claro em suas respostas, afirmando que já ~~existe~~ fortes indícios de que as novas variantes do vírus já estão circulando no estado de São Paulo.

INCORRETA. O que existe? Fortes indícios. Então, o verbo existir deveria estar flexionado no plural, para concordar com o núcleo “indícios”.

O correto seria: O pesquisador foi muito claro em suas respostas, afirmando que já existem fortes indícios de que as novas variantes do vírus já estão circulando no estado de São Paulo.

C) Já fazem doze meses que vivemos sitiados, e praticamente não podemos sair, não podemos encontrar amigos, não podemos abraçar parentes. São tantos não podemos!

INCORRETA. O verbo “fazer” empregado no sentido de tempo transcorrido é impessoal, ou seja, deve permanecer na terceira pessoa do singular.

O correto seria: Já faz doze meses que vivemos sitiados, e praticamente não podemos sair, não podemos encontrar amigos, não podemos abraçar parentes. São tantos não podemos!

D) As autoridades da saúde estão preocupadas, porque ~~começa~~ a surgir novas cepas do vírus em diferentes países. Tudo indica que são mais transmissíveis.

INCORRETA. O que começa a surgir? Novas cepas do vírus. Portanto, o verbo “começar” deveria estar no plural, concordando com o núcleo “cepas”.

O correto seria: As autoridades da saúde estão preocupadas, porque começam a surgir novas cepas do vírus em diferentes países. Tudo indica que são mais transmissíveis.

E) A pandemia trará, ainda, muitos problemas, e, sem dúvida, haverá controvérsias sobre tratamentos, vacinas e toda uma gama de situações a serem enfrentadas.

CORRETA. O verbo “haver” foi empregado corretamente no singular, já que usado no sentido de existir.

GABARITO E

14 - (6º Simulado Geral. 2021. Vunesp) Leia o texto para responder às questões de números 14 a 23.

Achados e perdidos

Generalizando, e dando ao caso um toque emocional de exagero, levo metade do dia a procurar o que se extraviou na véspera.

Não, não tentem ajudar-me, oh bem-amadas, pois não se trata de joias e, se por acaso eu as houvesse herdado, não teriam para mim outro valor senão o de empenhá-las pouco a pouco.

O que eu perco são coisas imponderáveis, suspiros não, mas pensamentos, se assim posso chamar o que às vezes me borboleteia na cuca e que procuro transfixar no papel, antes que um súbito buzinar ou britadeira as mate de nascença.

E, enquanto procuro traçá-las a lápis no papel, pois graças a Deus não pertenço intelectualmente à era mecânica, às vezes me parece que, por exemplo, um manuscrito me saiu um garrancho, ou, antes, um gancho, que faz pender a linha destas escrituras e por conseguinte a linha do pensamento.

Estão vendo? De que era mesmo que eu estava falando? Ah! era dos papéis escritos, extraviados, esquecidos.

Quem sabe lá como seriam bons!

Quanto a este, que tive o cuidado de não perder, o melhor será colocar-lhe no fim os três pontinhos das reticências...

Ninguém sabe ao certo o que querem dizer reticências.

Em todo caso, desconfio muito que esses três pontinhos misteriosos foram a maior conquista do pensamento ocidental...

(Mario Quintana, A vaca e o hipogrifo.)

É correto afirmar que o narrador discorre sobre

A) os exercícios de memorização de informações.

- B) a perda da capacidade cognitiva.
- C) o ato da escrita e as ideias que se perdem.
- D) o extravio de bens materiais valiosos.
- E) a falta de sentido da vida que passa.

Comentário

C) o ato da escrita e as ideias que se perdem.

CORRETA.

Essas passagens respondem à questão:

(...)

E, enquanto procuro traçá-las a lápis no papel, pois graças a Deus não pertencem intelectualmente à era mecânica, às vezes me parece que, por exemplo, um manuscrito me saiu um garrancho, ou, antes, um gancho, **que faz pender a linha destas escrituras e por conseguinte a linha do pensamento.**

Estão vendo? De que era mesmo que eu estava falando? Ah! **era dos papéis escritos, extraviados, esquecidos.**

GABARITO C

15 - (6º Simulado Geral. 2021. Vunesp) Ao afirmar “Ninguém sabe ao certo o que querem dizer reticências”, o autor exprime a ideia de que elas

- A) são sinais de pontuação sem reconhecida utilidade prática.
- B) apontam para a sugestão de várias possibilidades de sentido.
- C) são empregadas com preciso conhecimento de sua finalidade.
- D) determinam a sequência dos textos coerentemente inacabados.
- E) interferem na leitura de modo prejudicial à compreensão.

Comentário

B) apontam para a sugestão de várias possibilidades de sentido.

CORRETA. Ninguém sabe ao certo o que querem dizer as reticências, pois possuem diversas possibilidades de sentido.

Isso ocorre porque a ideia não é concluída. É algo que fica vago e ninguém sabe, com certeza, o real sentido empregado.

GABARITO B

16 - (6º Simulado Geral. 2021. Vunesp) É correto afirmar que a linguagem do texto

- A) é marcada pela presença do narrador, que simula dialogar com o leitor.
- B) sugere distanciamento do narrador, que se expressa com formalismo.
- C) é caracterizada por objetividade na discussão de tema polêmico.
- D) expressa ideias incoerentes, com termos eruditos e pouco usados.
- E) aponta exposição didática de fatos do cotidiano vividos pelo narrador.

Comentário

A) é marcada pela presença do narrador, que simula dialogar com o leitor.

CORRETA. Perceba que estamos diante de um texto narrativo, cuja principal característica é a presença do narrador (pessoa que conta a história). Nesse tipo de texto, são esboçadas as ações dos personagens num determinado tempo e espaço.

Podemos observar o diálogo com o leitor na seguinte passagem:

(...)

Não, não tentem ajudar-me, oh bem-amadas, pois não se trata de joias e, se por acaso eu as houvesse herdado, não teriam para mim outro valor senão o de empenhá-las pouco a pouco.

GABARITO A

17 - (6º Simulado Geral. 2021. Vunesp) No contexto em que estão empregadas (3o parágrafo), as palavras “imponderáveis” e “transfixar” têm sentido, respectivamente, de

- A) consideráveis e repor.
- B) impalpáveis e transpor.
- C) improváveis e colar.
- D) apropriadas e transferir.
- E) publicáveis e rabiscar.

Comentário

“Imponderável” é aquilo que não se pode pesar, cujo peso não é significativo.

No contexto, perceba que tal termo foi empregado no sentido figurado, podendo significar aquilo que não pode ser avaliado, **impalpável**.

“Transfixar” é o mesmo que perfurar, **transpor**.

GABARITO B

18 - (6º Simulado Geral. 2021. Vunesp) Assinale a alternativa em que ambos os verbos destacados estão empregados em tempos que exprimem a noção de possibilidade.

- A) ... levo metade do dia a procurar o que se extraviou na véspera.
- B) ... às vezes me parece que, por exemplo, um manuscrito me saiu um garrancho...
- C) ... se por acaso eu as houvesse herdado, não teriam para mim outro valor...
- D) Não, não tentem ajudar-me, oh bem-amadas, pois não se trata de joias...
- E) De que era mesmo que eu estava falando?

Comentário

Como foi pedida a noção de possibilidade, temos que procurar pelo verbo conjugado no modo subjuntivo, que é utilizado para indicar um fato incerto, uma dúvida, incerteza, possibilidade ou pelo verbo conjugado no futuro do preterido do indicativo, que também se refere a um fato que poderia ter acontecido, uma possibilidade.

Vamos às alternativas:

- A) ... levo metade do dia a procurar o que se extraviou na véspera.

INCORRETA. “levo” está no presente do indicativo e “ontem” está no pretérito perfeito do indicativo.

- B) ... às vezes me parece que, por exemplo, um manuscrito me saiu um garrancho...

INCORRETA. “parece” está no presente do indicativo e “saiu” está no pretérito perfeito do indicativo.

- C) ... se por acaso eu as houvesse herdado, não teriam para mim outro valor...

CORRETA. “houvesse” está no pretérito imperfeito do subjuntivo, referindo-se a um fato que pode ter ocorrido ou não (possibilidade) e é expresso pelas desinências -sse, -sses, -ssemos, -sseis, -ssem.

E “teriam” está no futuro do pretérito do indicativo, que é expresso pela desinência -ria (haveria, venderia, teria etc).

- D) Não, não tentem ajudar-me, oh bem-amadas, pois não se trata de joias...

INCORRETA. “tentem” está no imperativo negativo e “trata” está no presente do indicativo.

- E) De que era mesmo que eu estava falando?

INCORRETA. “era” está no pretérito imperfeito do indicativo e “estava” também está no pretérito imperfeito do indicativo.

GABARITO C

19 - (6º Simulado Geral. 2021. Vunesp) Na passagem – ... às vezes me parece que, por exemplo, um manuscrito me saiu um garrancho, ou, **antes**, um gancho, que faz pender a linha destas escrituras e **por conseguinte** a linha do pensamento. –, as expressões destacadas podem ser substituídas, sem prejuízo de sentido e respectivamente, por:

- A) melhor ... conseqüentemente
- B) primeiramente ... segundo
- C) preferencialmente ... ademais
- D) anteriormente ... portanto
- E) efetivamente ... consecutivamente

Comentário

O “antes” empregado pelo autor não está no sentido de anteriormente. Na verdade, ele emprega para retificar uma ideia, podendo ser substituído por “**melhor**”.

E “por conseguinte” foi empregado no sentido de consequência. Faz perder a linha destas escrituras e **conseqüentemente** a linha do pensamento.

GABARITO A

20 - (6º Simulado Geral. 2021. Vunesp) Assinale a alternativa que preenche as lacunas do trecho a seguir, de acordo com a norma-padrão de concordância, regência e emprego do sinal de crase.

Não _____ palavras: é _____ a atitude firme dos persistentes, para chegar _____ melhores soluções, sem faltar _____ ações efetivas.

- A) basta ... necessário ... as ... à
- B) basta ... necessária ... as ... em
- C) bastam ... necessária ... às ... com
- D) bastam ... necessário ... às ... em
- E) bastam ... necessária ... as ... a

Comentário

1) O que não basta? Palavras. Então basta deve ir para o plural, para concordar com palavras.

2) O que necessário? A atitude firme. Percebe que temos a presença do artigo determinante “a”. Assim, o correto é usar “necessária”. A atitude firme é necessária.

Lembrando que:

É proibido entrada de animais – sem determinante, a expressão “é proibido” não varia.

É proibida a entrada de animais – com determinante “a”, a expressão deve variar.

3) Quem chega, chega a algum lugar. O verbo exigiu a preposição “a” + artigo “a” da palavra feminina “soluções” = crase.

4) Quem falta, falta com algo, com alguma coisa. Foi exigida a preposição “com”.

Portanto, o correto seria:

Não **bastam** palavras: é **necessária** a atitude firme dos persistentes, para chegar **às** melhores soluções, sem faltar **com** ações efetivas.

GABARITO C

21 - (6º Simulado Geral. 2021. Vunesp) Assinale a alternativa que substitui, correta e respectivamente, os trechos destacados na passagem – Quanto a este, **que** tive o cuidado de não perder, o melhor será **colocar-lhe no** fim os três pontinhos das reticências... (7º parágrafo)

- A) cujo ... colocar ele no fim
- B) onde ... colocar o fim nele
- C) qual ... colocar a ele no fim
- D) o qual ... colocar no fim dele
- E) aonde ... o colocar no fim

Comentário

“Quanto a este, que tive o cuidado de não perder, o melhor será colocar-lhe no fim os três pontinhos das reticências...”

Primeiro, tínhamos que notar que “este” retoma o termo papel. Assim, fica mais fácil de resolver a questão.

Quanto a este (papel), o qual....

- O único pronome relativo que pode substituir o “que” é “o qual”
- “cujo” não poderia ser, pois não há relação de posse.
- “onde” não poderia ser, pois não a ideia de lugar fixo.
- “qual” não poderia ser, pois está faltando o artigo “o”, para concordar com “papel”.
- “aonde” não poderia ser, pois não há a ideia de movimento.

E o correto é “**colocar-lhe no**” por “colocar no fim dele”. Colocar as reticências no fim do papel.

GABARITO D

22 - (6º Simulado Geral. 2021. Vunesp) Assinale a alternativa em que a expressão “senão” está empregada com o mesmo sentido que tem no 2º parágrafo (em destaque).

- A) Preciso de sua ajuda, senão será impossível concluir o trabalho.
- B) Não vejo valor nesse objeto, senão o de depósito de tralhas.
- C) Não se encontrou qualquer senão em seu currículo.
- D) Senão quando, sem mais nem menos abandonou a família.
- E) Venha conosco senão ficará sem carona.

Comentário

Vamos retomar a passagem do texto em que aparece o termo “senão”:

(...)

Não, não tentem ajudar-me, oh bem-amadas, pois não se trata de joias e, se por acaso eu as houvesse herdado, não teriam para mim outro valor senão o de empenhá-las pouco a pouco.

A expressão “senão” pode ter diversos significados, mas, nessa passagem, repare que ele foi utilizado com o sentido de “exceto”, “a não ser”.

Veja como ficaria:

(...)

Não, não tentem ajudar-me, oh bem-amadas, pois não se trata de joias e, se por acaso eu as houvesse herdado, não teriam para mim outro valor exceto o de empenhá-las pouco a pouco.

(...)

Não, não tentem ajudar-me, oh bem-amadas, pois não se trata de joias e, se por acaso eu as houvesse herdado, não teriam para mim outro valor a não ser o de empenhá-las pouco a pouco.

Assim, devemos assinalar a alternativa em que o “senão” também foi utilizado com sentido de “exceto”, “a não ser”.

Vamos às alternativas:

A) Preciso de sua ajuda, senão será impossível concluir o trabalho.

INCORRETA. O “senão” foi empregado com sentido de “do contrário.”

Preciso de sua ajuda, do contrário será impossível concluir o trabalho.

B) Não vejo valor nesse objeto, senão o de depósito de tralhas.

CORRETA.

Não vejo valor nesse objeto, a não ser o de depósito de tralhas.

Não vejo valor nesse objeto, exceto o de depósito de tralhas.

C) Não se encontrou qualquer senão em seu currículo.

INCORRETA. O “senão” foi empregado com sentido de erro, defeito, problema.

Não se encontrou qualquer defeito em seu currículo.

D) Senão quando, sem mais nem menos abandonou a família.

INCORRETA. O “senão” foi empregado com sentido temporal, equivalendo a “de repente”.

De repente quando, sem mais nem menos abandonou a família.

E) Venha conosco senão ficará sem carona.

INCORRETA. o “senão” foi empregado no sentido de “do contrário, caso contrário”.

Venha conosco do contrário ficará sem carona.

GABARITO B

23 – (6º Simulado Geral. 2021. Inéditas) Na passagem – Não, não tentem ajudar-me, oh bem-amadas, pois não se trata de joias e, se por acaso eu as houvesse herdado, não teriam para mim outro valor senão o de empenhá-las pouco a pouco. – as conjunções destacadas estabelecem, no contexto, correta e respectivamente, relações de sentido de:

A) conclusão e modo.

B) conclusão e condição.

C) causa e consequência.

D) concessão e hipótese.

E) explicação e hipótese.

Comentário

O “pois” quando puder ser substituído por “portanto” será conclusivo.

Por outro lado, se puder ser substituído por “porque”, será explicativo.

– Não, não tentem ajudar-me, oh bem-amadas, **pois (porque)** não se trata de joias.

- É explicativo

e, **se** por acaso eu as houvesse herdado

- O “se” tem sentido de hipótese, possibilidade.

GABARITO E

24 - **(6º Simulado Geral. 2021. Inéditas)** A colocação do pronome atende à norma-padrão da língua portuguesa na seguinte alternativa:

A) Entre os leitores, ninguém contenta-se em receber um autógrafo sem a devida atenção do escritor.

B) Se disseminou a crença de que a mentira é frequentemente empregada entre os escritores de ficção.

C) Caso preocupe-se apenas com o retorno financeiro, o autor deixará de buscar o encontro com o seu leitor.

D) As obras de ficção permanecem interessantes mesmo que se constate a irrealidade dos eventos narrados

E) Alguns escritores americanos já não ocupam-se mais em usar caneta, e sim carimbos, ao conceder autógrafos.

Comentário

A) Entre os leitores, ninguém contenta-se em receber um autógrafo sem a devida atenção do escritor.

INCORRETA. O pronome indefinido “ninguém” atrai o uso do pronome para antes do verbo, ocorrendo a próclise.

O correto seria: Entre os leitores, ninguém se contenta em receber um autógrafo sem a devida atenção do escritor.

B) Se disseminou a crença de que a mentira é frequentemente empregada entre os escritores de ficção.

INCORRETA. Não se inicia frase ou período com pronome oblíquo átono.

O correto seria: Disseminou-se a crença de que a mentira é frequentemente empregada entre os escritores de ficção.

C) Caso preocupe-se apenas com o retorno financeiro, o autor deixará de buscar o encontro com o seu leitor.

INCORRETA. “Caso” é uma conjunção condicional que atrai o uso do pronome para antes do verbo, ocorrendo a próclise.

O correto seria: Caso se preocupe apenas com o retorno financeiro, o autor deixará de buscar o encontro com o seu leitor.

D) As obras de ficção permanecem interessantes mesmo que se constate a irrealidade dos eventos narrados.

CORRETA. O pronome oblíquo átono “se” foi empregado corretamente antes do verbo (próclise), tendo em vista a presença da conjunção subordinativa concessiva “mesmo que”.

E) Alguns escritores americanos já não ocupam-se mais em usar caneta, e sim carimbos, ao conceder autógrafos.

INCORRETA. A palavra negativa “não” atrai o uso do pronome para antes do verbo, ocorrendo a próclise.

O correto seria: Alguns escritores americanos já não se ocupam mais em usar caneta, e sim carimbos, ao conceder autógrafos.

GABARITO D

DIREITO PENAL

25 – (6º Simulado Geral. 2021. Inéditas) No que se refere aos crimes contra a fé-pública, é correto afirmar que:

- a) Fazer o uso de selo ou peça filatélica alterada configura o crime de uso de documento falso.
- b) O crime de falso reconhecimento firma ou letra só pode ser praticado por quem exerça função pública, tratando-se, pois, de crime próprio.
- c) Para os efeitos penais, equiparam-se a documento particular o emanado de entidade paraestatal, o título ao portador ou transmissível por endosso, as ações de sociedade comercial, os livros mercantis e o testamento particular.
- d) caso o crime de Fraudes em certames de interesse público seja cometido por funcionário público, aumenta-se a pena de 1/6 (um sexto).
- e) Falsificar cartão de débito configura o crime de falsificação de documento público.

Comentário

a) Fazer o uso de selo ou peça filatélica alterada configura o crime de uso de documento falso.

INCORRETA. O crime de uso de documento falso é configurado pelo uso de qualquer dos papéis falsificados ou alterados, a que se referem os artigos 297 a 302:

Uso de documento falso

Art. 304 - Fazer uso de qualquer dos papéis falsificados ou alterados, a que se referem os arts. 297 a 302:

Pena - a cominada à falsificação ou à alteração.

Ocorre que o crime de Reprodução ou adulteração de selo ou peça filatélica se encontra previsto no art. 303, fora, portanto, do rol previsto no art. 304, de forma a não caracteriza o crime de uso de documento falso.

b) O crime de falso reconhecimento firma ou letra só pode ser praticado por quem exerça função pública, tratando-se, pois, de crime próprio.

CORRETA. De fato, o crime previsto no art. 300 só pode ser praticado por quem exerça função pública, tratando-se de crime próprio.

Falso reconhecimento de firma ou letra

Art. 300 - Reconhecer, como verdadeira, **no exercício de função pública**, firma ou letra que o não seja:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público; e de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

ATENÇÃO! APENAS DOIS CRIMES CONTRA A FÉ-PÚBLICA SÃO PRÓPRIOS DE QUEM EXERCE FUNÇÃO PÚBLICA:

- FALSO RECONHECIMENTO DE FIRMA OU LETRA (ART. 300)
- CERTIDÃO OU ATESTADO IDEOLOGICAMENTE FALSO (ART. 301).

c) Para os efeitos penais, equiparam-se a documento particular o emanado de entidade paraestatal, o título ao portador ou transmissível por endosso, as ações de sociedade comercial, os livros mercantis e o testamento particular.

INCORRETA. Pois equiparam-se a documento público!!!

Falsificação de documento público

Art. 297 - Falsificar, no todo ou em parte, documento público, ou alterar documento público verdadeiro:

Pena - reclusão, de dois a seis anos, e multa.

(...)

§ 2º - Para os efeitos penais, **equiparam-se a documento público** o emanado de entidade paraestatal, o título ao portador ou transmissível por endosso, as ações de sociedade comercial, os livros mercantis e o testamento particular.

d) caso o crime de Fraudes em certames de interesse público seja cometido por funcionário público, aumenta-se a pena de 1/6 (um sexto).

INCORRETA. Pois a pena será aumentada de 1/3 (um terço):

Fraudes em certames de interesse público (Incluído pela Lei 12.550. de 2011)

Art. 311-A. Utilizar ou divulgar, indevidamente, com o fim de beneficiar a si ou a outrem, ou de comprometer a credibilidade do certame, conteúdo sigiloso de: (Incluído pela Lei 12.550. de 2011)

(...)

§ 3º **Aumenta-se a pena de 1/3 (um terço)** se o fato é cometido por funcionário público. (Incluído pela Lei 12.550. de 2011)

e) Falsificar cartão de débito configura o crime de falsificação de documento público.

INCORRETA. Configura o crime de falsificação de documento particular, pois o cartão de crédito ou débito equipara-se a documento particular:

Falsificação de documento particular

Art. 298 - Falsificar, no todo ou em parte, documento particular ou alterar documento particular verdadeiro:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa.

Falsificação de cartão

Parágrafo único. Para fins do disposto no caput, **equipara-se a documento particular o cartão de crédito ou débito.**

GABARITO B

26 - **(6º Simulado Geral. 2021. Inéditas)** O crime denominado “Falsidade ideológica” (CP, art. 299) tem a pena aumentada, de acordo com o parágrafo único do art. 299, se:

- a) o crime for praticado com o intuito de lucro.
- b) a falsificação ou alteração resulta dano para a Administração Pública.
- c) a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil.
- d) em razão da falsificação ou alteração, o ato não se executada.
- e) o agente alega ou insinua que a vantagem da falsificação também é destinada ao funcionário público.

Comentário

No crime de falsidade ideológica, a pena será aumentada da sexta parte caso o agente seja funcionário público e cometa o crime prevalecendo-se do cargo, ou também na hipótese da falsificação ou alteração for de assentamento de registro civil:

Falsidade ideológica

Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, de quinhentos mil réis a cinco contos de réis, se o documento é particular. (Vide Lei nº 7.209, de 1984)

Parágrafo único - Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, **ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.**

GABARITO C

27 - **(6º Simulado Geral. 2021. Inéditas)** A respeito dos crimes praticados por funcionários públicos contra a administração pública, é correto afirmar que:

a) No peculato doloso, se a reparação do dano for anterior à sentença irrecorrível, a punibilidade será extinta; se for posterior, a pena será reduzida de metade.

b) a pena será aumentada da sexta parte quando os autores de tais crimes forem ocupantes de cargos em comissão ou de função de direção ou assessoramento de órgão da administração direta, sociedade de economia mista, empresa pública ou fundação instituída pelo poder público.

c) incorre no crime de excesso de exação o funcionário público que solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem.

d) No crime de corrupção passiva, a pena é aumentada de um terço, se, em consequência da vantagem ou promessa, o funcionário retarda ou deixa de praticar qualquer ato de ofício ou o pratica infringindo dever funcional.

e) incorre no crime de concussão o funcionário que deixar, por indulgência, de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo ou, quando lhe falte competência, não levar o fato ao conhecimento da autoridade competente.

Comentário

a) No peculato ~~doloso~~, se a reparação do dano for anterior à sentença irrecorrível, a punibilidade será extinta; se for posterior, a pena será reduzida de metade.

INCORRETA. A reparação do dano se aplica ao peculato culposo e não ao doloso:

Peculato culposo

§ 2º - Se o funcionário concorre culposamente para o crime de outrem:

Pena - detenção, de três meses a um ano.

§ 3º - No caso do parágrafo anterior, **a reparação do dano, se precede à sentença irrecorrível, extingue a punibilidade; se lhe é posterior, reduz de metade a pena imposta.**

b) a pena será aumentada da ~~sexta~~ parte quando os autores de tais crimes forem ocupantes de cargos em comissão ou de função de direção ou assessoramento de órgão da administração direta, sociedade de economia mista, empresa pública ou fundação instituída pelo poder público.

INCORRETA. A pena será aumentada da TERÇA PARTE:

Art. 327

(...)

§ 2º - A pena será aumentada da **terça parte** quando os autores dos crimes previstos neste Capítulo forem ocupantes de cargos em comissão ou de função de direção ou assessoramento de órgão da administração direta, sociedade de economia mista, empresa pública ou fundação instituída pelo poder público. (Incluído pela Lei nº 6.799, de 1980)

c) incorre no crime de ~~excesso de exação~~ o funcionário público que solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem.

INCORRETA. A conduta narrada configura o crime de Corrupção passiva, previsto no art. 317 do CP:

Corrupção passiva

Art. 317 - Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa. (Redação dada pela Lei nº 10.763, de 12.11.2003)

d) No crime de corrupção passiva, a pena é aumentada de um terço, se, em consequência da vantagem ou promessa, o funcionário retarda ou deixa de praticar qualquer ato de ofício ou o pratica infringindo dever funcional.

CORRETA. Essa causa de aumento de pena vem prevista no § 1º do art. 317:

Corrupção passiva

Art. 317 - Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa. (Redação dada pela Lei nº 10.763, de 12.11.2003)

§ 1º - **A pena é aumentada de um terço, se, em consequência da vantagem ou promessa, o funcionário retarda ou deixa de praticar qualquer ato de ofício ou o pratica infringindo dever funcional.**

§ 2º - Se o funcionário pratica, deixa de praticar ou retarda ato de ofício, com infração de dever funcional, cedendo a pedido ou influência de outrem:

Pena - detenção, de três meses a um ano, ou multa.

e) incorre no crime de concussão o funcionário que deixar, por indulgência, de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo ou, quando lhe falte competência, não levar o fato ao conhecimento da autoridade competente.

INCORRETA. A conduta narrada configura o crime de Condescendência criminosa, previsto no art. 320 do CP:

Condescendência criminosa

Art. 320 - Deixar o funcionário, por indulgência, de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo ou, quando lhe falte competência, não levar o fato ao conhecimento da autoridade competente:

Pena - detenção, de quinze dias a um mês, ou multa.

GABARITO D

28 - (6º Simulado Geral. 2021. Inéditas) Quanto aos crimes praticados por particulares contra a administração em geral, assinale a alternativa correta.

- a) Para se configurar, o crime de resistência exige que, em razão da resistência, o ato não seja executado.
- b) há previsão de modalidade culposa.
- c) No crime de tráfico de influência, caso o agente alegue ou insinue que a vantagem é também destinada ao funcionário, a pena é aplicada em dobro.
- d) Comete o crime de corrupção ativa quem solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem.
- e) Para se configurar, o crime de desobediência exige que a ordem do funcionário público desobedecida seja legal.

Comentário

a) Para se configurar, o crime de resistência exige que, em razão da resistência, o ato não seja executado.

INCORRETA. Pois para a configuração do crime de resistência não se exige que o ato não seja executado. Na verdade, essa hipótese é uma qualificadora, mas não uma condição para que o crime se consuma:

Resistência

Art. 329 - Opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio:

Pena - detenção, de dois meses a dois anos.

§ 1º - **Se o ato, em razão da resistência, não se executa:**

Pena - reclusão, de um a três anos.

§ 2º - As penas deste artigo são aplicáveis sem prejuízo das correspondentes à violência.

b) há previsão de modalidade culposa.

INCORRETA. Pois, nesse capítulo dos crimes praticados por particulares contra a administração em geral, não há a previsão de qualquer modalidade culposa (sem intenção), ou seja, todos os crimes exigem dolo (intenção).

c) No crime de tráfico de influência, caso o agente alegue ou insinue que a vantagem é também destinada ao funcionário, a pena é aplicada em dobro.

INCORRETA. Pois, nesse caso, a pena é aumentada da METADE:

Tráfico de Influência (Redação dada pela Lei nº 9.127, de 1995)

Art. 332 - Solicitar, exigir, cobrar ou obter, para si ou para outrem, vantagem ou promessa de vantagem, a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público no exercício da função: (Redação dada pela Lei nº 9.127, de 1995)

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa. (Redação dada pela Lei nº 9.127, de 1995)

Parágrafo único - **A pena é aumentada da metade**, se o agente alega ou insinua que a vantagem é também destinada ao funcionário. (Redação dada pela Lei nº 9.127, de 1995)

d) Comete o crime de corrupção ativa quem solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem.

INCORRETA. A conduta narrada se refere ao crime de Corrupção passiva, previsto no art. 317:

Corrupção passiva

Art. 317 - Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem.

Em contrapartida, o crime de corrupção ativa vem previsto no art. 333, sendo certo que os verbos que identificam tal crime são OFERECER ou PROMETER:

Corrupção ativa

Art. 333 - Oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício:

e) Para se configurar, o crime de desobediência exige que a ordem do funcionário público desobedecida seja legal.

CORRETA.

Desobediência

Art. 330 - Desobedecer a ordem **legal** de funcionário público:

Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa.

GABARITO E

29 – ***(6º Simulado Geral. 2021. Inéditas)*** A respeito dos crimes contra a administração da justiça, é correto afirmar que:

- a) Dar causa à instauração de ação de improbidade administrativa contra alguém, imputando-lhe ato ímprobo de que o sabe inocente, configura o crime de comunicação falsa de crime ou de contravenção.
- b) No crime de denúncia caluniosa, caso a imputação seja de prática de contravenção, a pena é diminuída da metade.
- c) Comete o crime de auto-acusação falsa quem provocar a ação de autoridade, comunicando-lhe a ocorrência de crime ou de contravenção que sabe não se ter verificado.
- d) Para se configurar, o crime de coação no curso do processo não exige o uso de violência ou grave ameaça.
- e) O crime de exploração de prestígio é classificado como crime próprio.

Comentário

a) Dar causa à instauração de ação de improbidade administrativa contra alguém, imputando-lhe ato ímprobo de que o sabe inocente, configura o crime de comunicação falsa de crime ou de contravenção.

INCORRETA. A conduta narrada configura o crime de denúncia caluniosa:

Denúncia caluniosa

Art. 339. Dar causa à instauração de inquérito policial, de procedimento investigatório criminal, de processo judicial, de processo administrativo disciplinar, de inquérito civil ou de ação de improbidade administrativa contra alguém, imputando-lhe crime, infração ético-disciplinar ou ato ímprobo de que o sabe inocente: (Redação dada pela Lei nº 14.110, de 2020)

b) No crime de denúncia caluniosa, caso a imputação seja de prática de contravenção, a pena é diminuída da metade.

CORRETA.

Denúncia caluniosa

Art. 339. Dar causa à instauração de inquérito policial, de procedimento investigatório criminal, de processo judicial, de processo administrativo disciplinar, de inquérito civil ou de ação de improbidade administrativa contra alguém, imputando-lhe crime, infração ético-disciplinar ou ato ímprobo de que o sabe inocente: (Redação dada pela Lei nº 14.110, de 2020)

Pena - reclusão, de dois a oito anos, e multa.

§ 1º - A pena é aumentada de sexta parte, se o agente se serve de anonimato ou de nome suposto.

§ 2º - **A pena é diminuída de metade, se a imputação é de prática de contravenção.**

c) Comete o crime de auto-acusação falsa quem provocar a ação de autoridade, comunicando-lhe a ocorrência de crime ou de contravenção que sabe não se ter verificado.

INCORRETA. A conduta narrada se refere ao crime de Comunicação falsa de crime ou de contravenção, previsto no art. 340 do Código Penal:

Comunicação falsa de crime ou de contravenção

Art. 340 - Provocar a ação de autoridade, comunicando-lhe a ocorrência de crime ou de contravenção que sabe não se ter verificado:

Pena - detenção, de um a seis meses, ou multa.

Por sua vez, o crime de auto-acusação falsa vem previsto no art. 341:

Auto-acusação falsa

Art. 341 - Acusar-se, perante a autoridade, de crime inexistente ou praticado por outrem:

Pena - detenção, de três meses a dois anos, ou multa.

d) Para se configurar, o crime de coação no curso do processo ~~não~~ exige o uso de violência ou grave ameaça.

INCORRETA. Pois exige sim:

Coação no curso do processo

Art. 344 - **Usar de violência ou grave ameaça**, com o fim de favorecer interesse próprio ou alheio, contra autoridade, parte, ou qualquer outra pessoa que funciona ou é chamada a intervir em processo judicial, policial ou administrativo, ou em juízo arbitral:

Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa, além da pena correspondente à violência.

e) O crime de exploração de prestígio é classificado como crime ~~próprio~~.

INCORRETA. Pois é classificado como crime comum, ou seja, pode ser praticado por qualquer pessoa.

Os crimes próprios são aqueles que só podem ser cometidos por determinadas pessoas, tendo em vista que o tipo penal exige certa característica do sujeito ativo. Podemos citar como exemplo o crime de falsidade de atestado médico, o qual só pode ser praticado por médicos no exercício da profissão.

Em contrapartida, os crimes comuns podem ser praticados por qualquer pessoa ou seja, não exigem nenhuma qualidade ou característica especial do autor do crime.

Exploração de prestígio

Art. 357 - Solicitar ou receber dinheiro ou qualquer outra utilidade, a pretexto de influir em juiz, jurado, órgão do Ministério Público, funcionário de justiça, perito, tradutor, intérprete ou testemunha:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa.

Parágrafo único - As penas aumentam-se de um terço, se o agente alega ou insinua que o dinheiro ou utilidade também se destina a qualquer das pessoas referidas neste artigo.

GABARITO B

30 - (6º Simulado Geral. 2021. Inéditas) A respeito do crime de Falso testemunho ou falsa perícia (art. 342 do CP), assinale a alternativa correta.

- a) Trata-se de crime comum, já que pode ser praticado por qualquer pessoa.
- b) O fato deixa de ser punível se, antes ou após da sentença no processo em que ocorreu o ilícito, o agente se retrata ou declara a verdade.
- c) Só pode ser praticado por conduta comissiva.
- d) As penas aumentam-se de um sexto a um terço, se o crime é praticado mediante suborno.
- e) As penas aumentam-se de metade se cometido com o fim de obter prova destinada a produzir efeito em processo penal, ou em processo civil em que for parte entidade da administração pública direta ou indireta.

Comentário

a) Trata-se de crime comum, já que pode ser praticado por qualquer pessoa.

INCORRETA. Pois não pode ser praticado por qualquer pessoa.

Na verdade, tal crime só pode ser praticado por:

- Testemunha
- Perito
- Contador
- Tradutor
- Intérprete

Falso testemunho ou falsa perícia

Art. 342. Fazer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade como **testemunha, perito, contador, tradutor ou intérprete** em processo judicial, ou administrativo, inquérito policial, ou em juízo arbitral: (Redação dada pela Lei nº 10.268, de 28.8.2001)

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa. (Redação dada pela Lei nº 12.850, de 2013) (Vigência)

b) O fato deixa de ser punível se, antes ~~ou após~~ da sentença no processo em que ocorreu o ilícito, o agente se retrata ou declara a verdade.

INCORRETA. Pois a retratação tem que se dar ANTES:

Art. 342

(...)

§ 2º O fato deixa de ser punível se, **antes** da sentença no processo em que ocorreu o ilícito, o agente se retrata ou declara a verdade.

c) Só pode ser praticado por conduta comissiva.

INCORRETA. Pois tal crime também pode ser praticado por conduta omissiva (calar a verdade).

Conduta comissiva: o agente realiza uma ação (fazer afirmação falsa ou negar)

Conduta omissiva: o agente deixa de fazer alguma coisa (calar a verdade)

Falso testemunho ou falsa perícia

Art. 342. Fazer afirmação falsa, ou negar **ou calar a verdade** como testemunha, perito, contador, tradutor ou intérprete em processo judicial, ou administrativo, inquérito policial, ou em juízo arbitral: (Redação dada pela Lei nº 10.268, de 28.8.2001)

d) As penas aumentam-se de um sexto a um terço, se o crime é praticado mediante suborno.

CORRETA.

Art. 342

(...)

§ 1º **As penas aumentam-se de um sexto a um terço, se o crime é praticado mediante suborno** ou se cometido com o fim de obter prova destinada a produzir efeito em processo penal, ou em processo civil em que for parte entidade da administração pública direta ou indireta. (Redação dada pela Lei nº 10.268, de 28.8.2001)

e) As penas aumentam-se de metade se cometido com o fim de obter prova destinada a produzir efeito em processo penal, ou em processo civil em que for parte entidade da administração pública direta ou indireta.

INCORRETA. Nesse caso, também se aumenta de um sexto a um terço.

GABARITO D

DIREITO PROCESSUAL PENAL

31 - (6º Simulado Geral. 2021. Inéditas) Em relação as causas de impedimento e suspeição do juiz, segundo o Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta.

- a) O juiz não poderá exercer jurisdição no processo em que for amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer umas das partes.
- b) O juiz será suspeito, podendo ser recusado por qualquer das partes, se ele próprio ou seu cônjuge ou parente, consanguíneo ou afim em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive, for parte ou diretamente interessado no feito.
- c) A suspeição poderá ser reconhecida ou declarada ainda que a parte injurie, de propósito, o juiz.
- d) Nos juízos coletivos, não poderão servir no mesmo processo os juízes que forem entre si parentes, consanguíneos ou afins, em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive.
- e) O juiz não poderá exercer jurisdição no processo em que for sócio, acionista ou administrador de sociedade interessada no processo.

Comentário:

~~a) O juiz não poderá exercer jurisdição no processo em que for amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer uma das partes.~~

INCORRETA. Hipótese de suspeição.

Art. 254, CPP. **O juiz dar-se-á por suspeito**, e, se não o fizer, poderá ser recusado por qualquer das partes:

I - se for amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer deles;

~~b) O juiz será suspeito, podendo ser recusado por qualquer das partes, se ele próprio ou seu cônjuge ou parente, consanguíneo ou afim em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive, for parte ou diretamente interessado no feito.~~

INCORRETA. Hipótese de impedimento.

Art. 252, CPP. **O juiz não poderá exercer jurisdição no processo** em que:

IV - ele próprio ou seu cônjuge ou parente, consanguíneo ou afim em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive, for parte ou diretamente interessado no feito.

~~c) A suspeição poderá ser reconhecida ou declarada ainda que a parte injurie, de propósito, o juiz.~~

INCORRETA.

Art. 256, CPP. A suspeição **não** poderá ser declarada nem reconhecida, quando a parte injuriar o juiz ou de propósito der motivo para criá-la.

~~d) Nos juízos coletivos, não poderão servir no mesmo processo os juízes que forem entre si parentes, consanguíneos ou afins, em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive.~~

CORRETA.

Art. 253, CPP. Nos juízos coletivos, não poderão servir no mesmo processo os juízes que forem entre si parentes, consanguíneos ou afins, em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive.

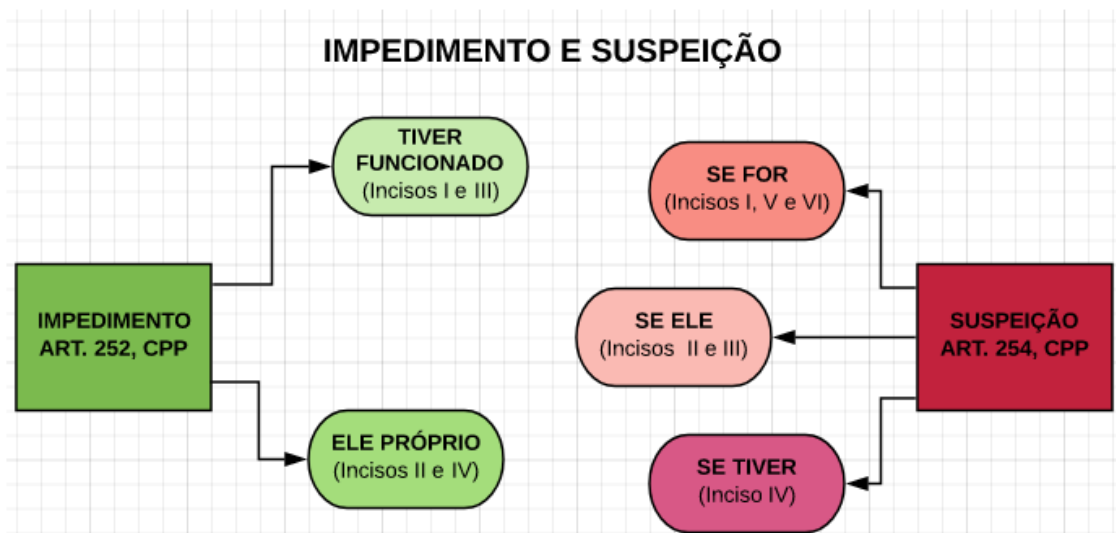
~~e) O juiz não poderá exercer jurisdição no processo em que for sócio, acionista ou administrador de sociedade interessada no processo.~~

INCORRETA. Hipótese de suspeição.

Art. 254, CPP. **O juiz dar-se-á por suspeito**, e, se não o fizer, poderá ser recusado por qualquer das partes:

VI - se for sócio, acionista ou administrador de sociedade interessada no processo.

Abaixo um esquema facilitador quanto as causas de impedimento e suspeição:



GABARITO D

32 - (6º Simulado Geral. 2021. Inéditas) De acordo com o CPP, ao Ministério Público cabe (Art. 257):

- I. promover, privativamente, a ação penal privada.
- II. fiscalizar a execução da lei.
- III. promover, privativamente, a ação penal pública.

Está correto o que se afirma em:

- a) I e II, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) II, apenas.
- e) I, II e III.

Comentário:

I. promover, privativamente, a ação penal privada.

INCORRETA.

Art. 257, CPP. Ao Ministério Público cabe:

I - promover, privativamente, a ação penal pública, na forma estabelecida neste Código; e

II. fiscalizar a execução da lei.

CORRETA.

Art. 257, CPP. Ao Ministério Público cabe:

II - fiscalizar a execução da lei.

III. promover, privativamente, a ação penal pública.

CORRETA.

Art. 257, CPP. Ao Ministério Público cabe:

I - promover, privativamente, a ação penal pública, na forma estabelecida neste Código; e

GABARITO C

33 - (6º Simulado Geral. 2021. Inéditas) A respeito da citação do acusado, assinale a alternativa correta.

- a) Quando o réu estiver fora do território da jurisdição do juiz processante, será citado mediante rogatória.
- b) O acusado citado por edital, que não comparecer ou constituir advogado, será nomeado defensor, prosseguindo o processo.
- c) Estando o acusado no estrangeiro, em lugar sabido, será citado mediante carta rogatória, suspendendo-se o curso do prazo de prescrição até o seu cumprimento.
- d) A citação inicial far-se-á por hora certa, quando o réu estiver no território sujeito à jurisdição do juiz que a houver ordenado.
- e) As citações que houverem de ser feitas em legações estrangeiras serão efetuadas mediante carta precatória.

Comentário:

a) Quando o réu estiver fora do território da jurisdição do juiz processante, será citado mediante *rogatória*.

INCORRETA.

Art. 353, CPP. Quando o réu estiver fora do território da jurisdição do juiz processante, será citado mediante **precatória**.

b) O acusado citado por edital, que não comparecer ~~ou constituir advogado, será nomeado defensor, prosseguindo o processo.~~

INCORRETA.

Art. 366, CPP. Se o acusado, citado por edital, não comparecer, **nem constituir advogado, ficarão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional**, podendo o juiz determinar a produção antecipada das provas consideradas urgentes e, se for o caso, decretar prisão preventiva, nos termos do disposto no art. 312.

c) Estando o acusado no estrangeiro, em lugar sabido, será citado mediante carta rogatória, suspendendo-se o curso do prazo de prescrição até o seu cumprimento.

CORRETA.

Art. 368, CPP. Estando o acusado no estrangeiro, em lugar sabido, será citado mediante carta rogatória, suspendendo-se o curso do prazo de prescrição até o seu cumprimento.

d) A citação inicial far-se-á ~~por hora certa~~, quando o réu estiver no território sujeito à jurisdição do juiz que a houver ordenado.

INCORRETA.

Art. 351, CPP. A citação inicial far-se-á **por mandado**, quando o réu estiver no território sujeito à jurisdição do juiz que a houver ordenado.

e) As citações que houverem de ser feitas em legações estrangeiras serão efetuadas mediante ~~carta precatória~~.

INCORRETA.

Art. 369. As citações que houverem de ser feitas em legações estrangeiras serão efetuadas mediante **carta rogatória**.

GABARITO C

34 - (6º Simulado Geral. 2021. Inéditas) Segundo o Código de Processo Penal, a respeito dos processos de competência do Tribunal do Júri, é correto afirmar que:

- a) são impedidos de servir no mesmo Conselho pessoas que mantenham união estável.
- b) se o Ministério Público não comparecer, o juiz presidente prosseguirá o julgamento cientificando as partes e as testemunhas.
- c) o julgamento será adiado pelo não comparecimento do acusado solto, do assistente ou do advogado do querelante, que tiver sido regularmente intimado.
- d) comparecendo, pelo menos, 7 (sete) jurados, o juiz presidente declarará instalados os trabalhos, anunciando o processo que será submetido a julgamento.
- e) verificando que se encontram na urna as cédulas relativas aos jurados presentes, o juiz presidente sorteará 11 (onze) dentre eles para a formação do Conselho de Sentença.

Comentário:

a) são impedidos de servir no mesmo Conselho pessoas que mantenham união estável.

CORRETA.

Art. 448, CPP. São impedidos de servir no mesmo Conselho:

- I – marido e mulher;
- II – ascendente e descendente;
- III – sogro e genro ou nora;
- IV – irmãos e cunhados, durante o cunhadio;
- V – tio e sobrinho;
- VI – padrasto, madrasta ou enteado.

§ 1º **O mesmo impedimento ocorrerá em relação às pessoas que mantenham união estável reconhecida como entidade familiar.**

b) se o Ministério Público não comparecer, o juiz presidente prosseguirá o julgamento cientificando as partes e as testemunhas.

INCORRETA.

Art. 455, *caput*, CPP. Se o Ministério Público não comparecer, o juiz presidente adiará o julgamento para o primeiro dia desimpedido da mesma reunião, cientificadas as partes e as testemunhas.

c) o julgamento será adiado pelo não comparecimento do acusado solto, do assistente ou do advogado do querelante, que tiver sido regularmente intimado.

INCORRETA.

Art. 457, *caput*, CPP. O julgamento não será adiado pelo não comparecimento do acusado solto, do assistente ou do advogado do querelante, que tiver sido regularmente intimado.

d) comparecendo, pelo menos, 7 (sete) jurados, o juiz presidente declarará instalados os trabalhos, anunciando o processo que será submetido a julgamento.

INCORRETA.

Art. 463, *caput*, CPP. Comparecendo, pelo menos, 15 (quinze) jurados, o juiz presidente declarará instalados os trabalhos, anunciando o processo que será submetido a julgamento.

e) verificando que se encontram na urna as cédulas relativas aos jurados presentes, o juiz presidente sorteará 11 (onze) dentre eles para a formação do Conselho de Sentença.

INCORRETA.

Art. 467, CPP. Verificando que se encontram na urna as cédulas relativas aos jurados presentes, o juiz presidente sorteará 7 (sete) dentre eles para a formação do Conselho de Sentença.

GABARITO A

35 - (6º Simulado Geral. 2021. Inéditas) Com relação aos recursos e revisão, no tocante ao CPP, é correto alegar que

- a) A revisão poderá ser pedida pelo próprio réu ou por procurador legalmente habilitado ou, no caso de morte do réu, pelo cônjuge, ascendente, descendente ou irmão, consanguíneos ou afins, em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive.
- b) Julgando procedente a revisão, o tribunal não poderá alterar a classificação da infração.
- c) A apelação da sentença absolutória impedirá que o réu seja posto imediatamente em liberdade.
- d) O Ministério Público somente poderá desistir do recurso que haja interposto..
- e) Caberá recurso, no sentido estrito, da decisão, despacho ou sentença que indeferir o pedido de reconhecimento da prescrição ou de outra causa extintiva da punibilidade.

Comentário:

a) A revisão poderá ser pedida pelo próprio réu ou por procurador legalmente habilitado ou, no caso de morte do réu, pelo cônjuge, ascendente, descendente ou irmão, ~~consanguíneos ou afins, em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive.~~

INCORRETA.

Art. 623, CPP. A revisão poderá ser pedida pelo próprio réu ou por procurador legalmente habilitado ou, no caso de morte do réu, pelo cônjuge, ascendente, descendente ou irmão.

b) Julgando procedente a revisão, o tribunal ~~não~~ poderá alterar a classificação da infração.

INCORRETA.

Art. 626, CPP. Julgando procedente a revisão, o tribunal **poderá** alterar a classificação da infração, **absolver o réu, modificar a pena ou anular o processo.**

Parágrafo único. De qualquer maneira, não poderá ser agravada a pena imposta pela decisão revista.

c) A apelação da sentença absolutória ~~impedirá~~ que o réu seja posto imediatamente em liberdade.

INCORRETA.

Art. 596, *caput*, CPP. A apelação da sentença absolutória **não** impedirá que o réu seja posto imediatamente em liberdade.

d) ~~O Ministério Público somente poderá desistir do recurso que haja interposto.~~

INCORRETA.

Art. 576, CPP. O Ministério Público **não** poderá desistir de recurso que haja interposto.

e) Caberá recurso, no sentido estrito, da decisão, despacho ou sentença que indeferir o pedido de reconhecimento da prescrição ou de outra causa extintiva da punibilidade.

CORRETA.

Art. 581, CPP. Caberá recurso, no sentido estrito, da decisão, despacho ou sentença:

IX - que indeferir o pedido de reconhecimento da prescrição ou de outra causa extintiva da punibilidade;

GABARITO E

36 - (6º Simulado Geral. 2021. Inéditas) De acordo com o Código de Processo Penal, qual é o recurso cabível, contra decisão que decretar medida de segurança, depois de transitar a sentença em julgado?

- a) *Habeas Corpus*.
- b) Recurso em sentido estrito.
- c) Apelação.
- d) Embargos infringentes.
- e) Recurso Extraordinário.

Comentário:

Art. 581, CPP. Caberá **recurso, no sentido estrito**, da decisão, despacho ou sentença:

XIX - que decretar medida de segurança, depois de transitar a sentença em julgado;

GABARITO B

37 - (6º Simulado Geral. 2021. Inéditas) À luz da Lei n. 9.099/95 (arts. 60 a 83; 88 e 89), é correto afirmar que:

- a) O Juizado Especial Criminal, provido por juízes togados ou togados e leigos, tem competência para a conciliação, o julgamento e a execução das infrações penais de menor potencial ofensivo, respeitadas as regras de conexão, continência e coisa julgada.
- b) Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo, para os efeitos desta Lei, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa.
- c) A citação será pessoal e far-se-á no próprio Juizado, sempre que possível, ou por edital.
- d) No tocante aos Juizados Especiais Criminais não cabem Embargos de Declaração, em razão do princípio da celeridade processual que rege o procedimento.
- e) Nos crimes de ação penal pública condicionada à representação, o não oferecimento da representação em audiência preliminar implica a decadência do direito e a consequente extinção da punibilidade do autor do fato.

Comentário:

a) O Juizado Especial Criminal, provido por juízes togados ou togados e leigos, tem competência para a conciliação, o julgamento e a execução das infrações penais de menor potencial ofensivo, respeitadas as regras de conexão, continência e ~~coisa julgada~~.

INCORRETA.

Art. 60, da Lei n. 9.099/95. O Juizado Especial Criminal, provido por juízes togados ou togados e leigos, tem competência para a conciliação, o julgamento e a execução das infrações penais de menor potencial ofensivo, respeitadas as regras de conexão e continência.

b) Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo, para os efeitos desta Lei, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa.

CORRETA.

Art. 61, da Lei n. 9.099/95. Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo, para os efeitos desta Lei, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa.

c) A citação será pessoal e far-se-á no próprio Juizado, sempre que possível, ~~ou por edital~~.

INCORRETA.

Art. 66, da Lei n. 9.099/95. A citação será pessoal e far-se-á no próprio Juizado, sempre que possível, **ou por mandado**.

Parágrafo único. Não encontrado o acusado para ser citado, o Juiz encaminhará as peças existentes ao Juízo comum para adoção do procedimento previsto em lei.

Vale destacar que no âmbito do juizado especial (JECRIM), NÃO existe citação por edital.

d) No tocante aos Juizados Especiais Criminais ~~não~~ cabem Embargos de Declaração, em razão do princípio da celeridade processual que rege o procedimento.

INCORRETA.

Art. 83, da Lei n. 9.099/95. **Cabem embargos de declaração** quando, em sentença ou acórdão, houver obscuridade, contradição ou omissão.

e) Nos crimes de ação penal pública condicionada à representação, o não oferecimento da representação em audiência preliminar ~~implica a decadência do direito e a consequente extinção da punibilidade do autor do fato~~.

INCORRETA.

Art. 75, Parágrafo único, da Lei n. 9.099/95. O não oferecimento da representação na audiência preliminar **não implica decadência do direito**, que poderá ser exercido no prazo previsto em lei.

GABARITO B

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

38 - (6º Simulado Geral. 2021. Inéditas) No que diz respeito à citação, é correto afirmar que:

- a) Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, inclusive nas hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido.
- b) A citação será efetivada em até 15 (quinze) dias a partir da propositura da ação.
- c) É facultado às empresas públicas e privadas manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações.
- d) Considera-se ato atentatório à dignidade da justiça, passível de multa de até 5% (cinco por cento) do valor da causa, deixar de confirmar no prazo legal, sem justa causa, o recebimento da citação recebida por meio eletrônico.
- e) A citação deverá ser feita ainda quando se verificar que o citando é mentalmente incapaz ou está impossibilidade de recebe-la.

Comentário

a) Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, inclusive nas hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido.

INCORRETA. A segunda parte está incorreta, pois são ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido:

Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, **ressalvadas** as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido.

b) A citação será efetivada em até 15 (quinze) dias a partir da propositura da ação.

INCORRETA. É em até 45 dias!!!

Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual.

Parágrafo único. A citação será efetivada **em até 45 (quarenta e cinco) dias** a partir da propositura da ação. **(Incluído pela Lei nº 14.195, de 2021)**

c) É facultado às empresas públicas e privadas manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações.

INCORRETA. Não é facultado! Elas são OBRIGADAS!

Art. 246 (...)

§ 1º As empresas públicas e privadas **são obrigadas a manter cadastro** nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio.

d) Considera-se ato atentatório à dignidade da justiça, passível de multa de até 5% (cinco por cento) do valor da causa, deixar de confirmar no prazo legal, sem justa causa, o recebimento da citação recebida por meio eletrônico.

CORRETA. É que prevê o novo § 1º-C do art. 246:

Art. 246

(...)

§ 1º-C Considera-se ato atentatório à dignidade da justiça, passível de multa de até 5% (cinco por cento) do valor da causa, deixar de confirmar no prazo legal, sem justa causa, o recebimento da citação recebida por meio eletrônico. **(Incluído pela Lei nº 14.195, de 2021)**

e) A citação deverá ser feita ainda quando se verificar que o citando é mentalmente incapaz ou está impossibilitado de recebê-la.

INCORRETA. Nesse caso, não se fará a citação e o oficial de justiça descreverá e certificará minuciosamente a ocorrência. Reconhecida a impossibilidade de receber a citação, o juiz nomeará um curador e a citação será feita na pessoa dele:

Art. 245. **Não se fará citação** quando se verificar que o citando é mentalmente incapaz ou está impossibilitado de recebê-la.

§ 1º O oficial de justiça descreverá e certificará minuciosamente a ocorrência.

§ 2º Para examinar o citando, o juiz nomeará médico, que apresentará laudo no prazo de 5 (cinco) dias.

§ 3º Dispensa-se a nomeação de que trata o § 2º se pessoa da família apresentar declaração do médico do citando que ateste a incapacidade deste.

§ 4º Reconhecida a impossibilidade, o juiz nomeará curador ao citando, observando, quanto à sua escolha, a preferência estabelecida em lei e restringindo a nomeação à causa.

§ 5º A citação será feita na pessoa do curador, a quem incumbirá a defesa dos interesses do citando.

GABARITO D

39 – (6º Simulado Geral. 2021. Inéditas) No tocante à tutela provisória, assinale a alternativa correta.

- a) A tutela provisória conserva sua eficácia na pendência do processo, sendo vedada a sua revogação ou modificação.
- b) A tutela de evidência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.
- c) O indeferimento da tutela cautelar não obsta a que a parte formule o pedido principal, nem influi no julgamento desse, salvo se o motivo do indeferimento for o reconhecimento de decadência ou de prescrição.
- d) A tutela provisória requerida em caráter incidental depende do pagamento de custas.
- e) Em nenhuma hipótese, a tutela de evidência pode ser decidida liminarmente.

Comentário

a) A tutela provisória conserva sua eficácia na pendência do processo, sendo vedada a sua revogação ou modificação.

INCORRETA. A segunda parte está errada, pois pode sim, a qualquer tempo, ser revogada ou modificada, nos termos do art. 296 do CPC/15:

Art. 296. A tutela provisória conserva sua eficácia na pendência do processo, **mas pode, a qualquer tempo, ser revogada ou modificada.**

b) A tutela de evidência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

INCORRETA. Temos duas espécies de tutela provisória: a tutela de urgência e a tutela de evidência.

É a tutela de urgência que exige elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo:

Art. 300. **A tutela de urgência** será concedida quando houver elementos **que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.**

Em contrapartida, **a tutela de evidência será concedida independentemente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo**, quando:

I - ficar caracterizado o abuso do direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório da parte;

II - as alegações de fato puderem ser comprovadas apenas documental e houver tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em súmula vinculante;

III - se tratar de pedido reipersecutório fundado em prova documental adequada do contrato de depósito, caso em que será decretada a ordem de entrega do objeto custodiado, sob cominação de multa;

IV - a petição inicial for instruída com prova documental suficiente dos fatos constitutivos do direito do autor, a que o réu não oponha prova capaz de gerar dúvida razoável.

c) O indeferimento da tutela cautelar não obsta a que a parte formule o pedido principal, nem influi no julgamento desse, salvo se o motivo do indeferimento for o reconhecimento de decadência ou de prescrição.

CORRETA. É o que dispõe o art. 310 do CPC/15:

Art. 310. O indeferimento da tutela cautelar não obsta a que a parte formule o pedido principal, nem influi no julgamento desse, salvo se o motivo do indeferimento for o reconhecimento de decadência ou de prescrição.

d) A tutela provisória requerida em caráter incidental depende do pagamento de custas.

INCORRETA. Independe!!!

Art. 295. A tutela provisória requerida em caráter incidental independe do pagamento de custas.

e) Em nenhuma hipótese, a tutela de evidência pode ser decidida liminarmente.

INCORRETA. Há duas hipóteses em que a tutela de evidência poderá ser decidida liminarmente pelo juiz:

Art. 311. A tutela da evidência será concedida, independentemente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo, quando:

I - ficar caracterizado o abuso do direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório da parte;

II - as alegações de fato puderem ser comprovadas apenas documentalmete e houver tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em súmula vinculante;

III - se tratar de pedido reipersecutório fundado em prova documental adequada do contrato de depósito, caso em que será decretada a ordem de entrega do objeto custodiado, sob cominação de multa;

IV - a petição inicial for instruída com prova documental suficiente dos fatos constitutivos do direito do autor, a que o réu não oponha prova capaz de gerar dúvida razoável.

Parágrafo único. **Nas hipóteses dos incisos II e III, o juiz poderá decidir liminarmente.**

GABARITO C

40 – (6º Simulado Geral. 2021. Inéditas) No que se refere à petição inicial, assinale a alternativa correta.

- a) O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos legais ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, deverá, de imediato, indeferi-la.
- b) Indeferida a petição inicial, o autor poderá interpor agravo de instrumento, facultado ao juiz, no prazo de 5 (cinco) dias, retratar-se.
- c) O autor poderá até a citação, aditar ou alterar o pedido ou a causa de pedir, desde que com o consentimento do réu.
- d) Considera-se inepta a petição inicial quando contiver pedidos incompatíveis entre si.
- e) O pedido deve ser determinado, sendo vedado formular pedido genérico.

Comentário

a) O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos legais ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, deverá, de imediato, indeferi-la.

INCORRETA. Pois, primeiro, o juiz determinará ao autor, no prazo de 15 dias, que a emende ou a complete, indicado com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Aí caso o autor não cumpra essa determinação, é que o juiz indeferirá a petição inicial:

Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, **determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado.**

Parágrafo único. **Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial.**

b) Indeferida a petição inicial, o autor poderá interpor agravo de instrumento, facultado ao juiz, no prazo de 5 (cinco) dias, retratar-se.

INCORRETA. Pois o recurso cabível é o de apelação!!

Art. 331. Indeferida a petição inicial, o autor poderá **apelar**, facultado ao juiz, no prazo de 5 (cinco) dias, retratar-se.

c) O autor poderá até a citação, aditar ou alterar o pedido ou a causa de pedir, desde que com o consentimento do réu.

INCORRETA. Até a citação, não depende de consentimento do réu. Ora, se o réu ainda nem foi citado, como que ele vai consentir alguma coisa? É por isso que independe de seu consentimento:

Art. 329. O autor poderá:

I - **até a citação**, aditar ou alterar o pedido ou a causa de pedir, **independentemente de consentimento do réu**;

II - até o saneamento do processo, aditar ou alterar o pedido e a causa de pedir, com consentimento do réu, assegurado o contraditório mediante a possibilidade de manifestação deste no prazo mínimo de 15 (quinze) dias, facultado o requerimento de prova suplementar.

OBS: É até o saneamento do processo, que se exige o consentimento do réu, conforme inciso II acima descrito.

d) Considera-se inepta a petição inicial quando contiver pedidos incompatíveis entre si.

CORRETA.

Art. 330 (...)

§ 1º **Considera-se inepta** a petição inicial quando:

I - lhe faltar pedido ou causa de pedir;

II - o pedido for indeterminado, ressalvadas as hipóteses legais em que se permite o pedido genérico;

III - da narração dos fatos não decorrer logicamente a conclusão;

IV - **contiver pedidos incompatíveis entre si**.

e) O pedido deve ser determinado, sendo vedado formular pedido genérico.

INCORRETA. É lícito formular pedido genérico em 3 hipóteses:

Art. 324. O pedido deve ser determinado.

§ 1º **É lícito, porém, formular pedido genérico:**

I - nas ações universais, se o autor não puder individualizar os bens demandados;

II - quando não for possível determinar, desde logo, as consequências do ato ou do fato;

III - quando a determinação do objeto ou do valor da condenação depender de ato que deva ser praticado pelo réu.

GABARITO D

41 – (6º Simulado Geral. 2021. Vunesp) No que diz respeito ao julgamento antecipado parcial do mérito, assinale a alternativa correta.

A) A decisão proferida com base em julgamento antecipado parcial do mérito não é impugnável por agravo de instrumento.

B) A decisão que julgar parcialmente o mérito não poderá reconhecer a existência de obrigação ilíquida.

C) A liquidação e o cumprimento da decisão que julgar parcialmente o mérito deverão ser processados nos mesmos autos.

D) O juiz decidirá parcialmente o mérito quando um ou mais dos pedidos formulados ou parcela deles se mostrar incontroverso e não houver necessidade de produção de outras provas.

E) A parte poderá liquidar desde logo a obrigação reconhecida na decisão que julgar parcialmente o mérito, desde que prestada caução.

Comentário

A) A decisão proferida com base em julgamento antecipado parcial do mérito não é impugnável por agravo de instrumento.

INCORRETA. Pois é sim impugnável por meio de agravo de instrumento:

Art. 356. O juiz decidirá parcialmente o mérito quando um ou mais dos pedidos formulados ou parcela deles:

(...)

§ 5º A decisão proferida com base neste artigo **é impugnável por agravo de instrumento.**

B) A decisão que julgar parcialmente o mérito não poderá reconhecer a existência de obrigação ilíquida.

INCORRETA. Pode reconhecer sim:

Art. 356 (...)

§ 1º A decisão que julgar parcialmente o mérito poderá reconhecer a existência de obrigação **líquida ou ilíquida.**

C) A liquidação e o cumprimento da decisão que julgar parcialmente o mérito ~~deverão ser processados nos mesmos autos.~~

INCORRETA. Pois a requerimento da parte ou a critério do juiz, a liquidação e o cumprimento da decisão podem ser processados em autos suplementares e não nos mesmos autos:

Art. 356 (...)

§ 4º A liquidação e o cumprimento da decisão que julgar parcialmente o mérito **poderão ser processados em autos suplementares, a requerimento da parte ou a critério do juiz.**

D) O juiz decidirá parcialmente o mérito quando um ou mais dos pedidos formulados ou parcela deles se mostrar incontroverso e não houver necessidade de produção de outras provas.

CORRETA.

Art. 356. O juiz decidirá parcialmente o mérito quando um ou mais dos pedidos formulados ou parcela deles:

I - **mostrar-se incontroverso**;

II - **estiver em condições de imediato julgamento**, nos termos do **art. 355**.

Art. 355. O juiz julgará antecipadamente o pedido, proferindo sentença com resolução de mérito, quando:

I - **não houver necessidade de produção de outras provas**;

II - o réu for revel, ocorrer o efeito previsto no art. 344 e não houver requerimento de prova, na forma do art. 349.

E) A parte poderá liquidar desde logo a obrigação reconhecida na decisão que julgar parcialmente o mérito, desde que prestada caução.

INCORRETA. Pois independe de caução:

Art. 356

(...)

§ 2º A parte poderá liquidar ou executar, desde logo, a obrigação reconhecida na decisão que julgar parcialmente o mérito, **independentemente de caução**, ainda que haja recurso contra essa interposto.

GABARITO D

42 – (6º Simulado Geral. 2021. Inéditas) No que se refere aos recursos, é correto afirmar que:

- a) Contra os despachos proferidos pelo juiz é cabível o recurso de agravo de instrumento.
- b) É exigido o recolhimento de porte de remessa e de retorno ainda que se trate de autos eletrônicos.
- c) O recurso interposto por um dos litisconsortes a todos aproveita, salvo se distintos ou opostos os seus interesses.
- d) A renúncia ao direito de recorrer depende da aceitação da outra parte.
- e) Excetuados os embargos de declaração, o prazo para interpor os recursos e para responder-lhes é de 10 (dez) dias.

Comentário

a) *Contra os despachos proferidos pelo juiz é cabível o recurso de agravo de instrumento.*

INCORRETA. Os despachos são irrecorríveis:

Art. 1.001. Dos despachos não cabe recurso.

b) *É exigido o recolhimento de porte de remessa e de retorno ainda que se trate de autos eletrônicos.*

INCORRETA. Quando se tratar de autos eletrônicos, é dispensado o recolhimento do porte de remessa e de retorno:

Art. 1.007

(...)

§ 3º **É dispensado** o recolhimento do porte de remessa e de retorno no processo em autos eletrônicos.

c) *O recurso interposto por um dos litisconsortes a todos aproveita, salvo se distintos ou opostos os seus interesses.*

CORRETA. É o que dispõe o art. 1.005 do CPC/15:

Art. 1.005. O recurso interposto por um dos litisconsortes a todos aproveita, salvo se distintos ou opostos os seus interesses.

d) *A renúncia ao direito de recorrer depende da aceitação da outra parte.*

INCORRETA. Pois INDEPENDENTE!!!

Art. 999. A renúncia ao direito de recorrer **independe** da aceitação da outra parte.

e) Excetuados os embargos de declaração, o prazo para interpor os recursos e para responder-lhes é de ~~10 (dez) dias~~.

INCORRETA.

Art. 1.003

(...)

§ 5º Excetuados os embargos de declaração, o prazo para interpor os recursos e para responder-lhes é de **15 (quinze) dias**.

GABARITO C

43 - (6º Simulado Geral. 2021. Inéditas) No que diz respeito à Lei n. 9.099/95, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis, é correto afirmar que:

- a) Não se admitirá, no processo, qualquer forma de intervenção de terceiro nem de assistência ou litisconsórcio.
- b) Caso o réu não seja encontrado para ser citado, é possível a sua citação por edital.
- c) Poderão ser partes, no processo instituído por esta Lei, a massa falida e o insolvente civil.
- d) Na contagem de prazo em dias, estabelecido por lei ou pelo juiz, para a prática de qualquer ato processual, inclusive para a interposição de recursos, computar-se-ão somente os dias úteis.
- e) O mandato ao advogado poderá ser verbal, inclusive quanto aos poderes especiais.

Comentário

a) Não se admitirá, no processo, qualquer forma de intervenção de terceiro nem de assistência ou litisconsórcio.

INCORRETA. Pois o litisconsórcio é admitido!!!

Art. 10. Não se admitirá, no processo, qualquer forma de intervenção de terceiro nem de assistência. **Admitir-se-á o litisconsórcio.**

b) Caso o réu não seja encontrado para ser citado, é possível a sua citação por edital.

INCORRETA. Não se fará a citação por edital na Lei n. 9.099/95:

Art. 18

(...)

§ 2º **Não se fará citação por edital.**

c) Poderão ser partes, no processo instituído por esta Lei, a massa falida e o insolvente civil.

INCORRETA. O art. 8º diz o contrário:

Art. 8º **Não poderão ser partes**, no processo instituído por esta Lei, o incapaz, o preso, as pessoas jurídicas de direito público, as empresas públicas da União, **a massa falida e o insolvente civil**.

d) Na contagem de prazo em dias, estabelecido por lei ou pelo juiz, para a prática de qualquer ato processual, inclusive para a interposição de recursos, computar-se-ão somente os dias úteis.

CORRETA. É o que estabelece o art. 12-A, incluído pela Lei n. 13.728/2018:

Art. 12-A. Na contagem de prazo em dias, estabelecido por lei ou pelo juiz, para a prática de qualquer ato processual, inclusive para a interposição de recursos, computar-se-ão somente os dias úteis. **(Incluído pela Lei nº 13.728, de 2018)**

e) O mandato ao advogado poderá ser verbal, inclusive quanto aos poderes especiais.

INCORRETA. Quanto aos poderes especiais, não pode ser verbal:

Art. 9º

(...)

§ 3º O mandato ao advogado poderá ser verbal, salvo quanto aos poderes especiais.

GABARITO D

44 - **(6º Simulado Geral. 2021. Inéditas)** Sobre o que dispõe a Lei n. 12.153/2009, assinale a alternativa correta.

a) Os representantes judiciais dos réus presentes à audiência poderão conciliar, transigir ou desistir nos processos da competência dos Juizados Especiais, nos termos e nas hipóteses previstas na lei do respectivo ente da Federação.

b) Nas causas de que trata esta Lei, haverá reexame necessário.

c) Para efetuar o exame técnico necessário à conciliação ou ao julgamento da causa, o juiz nomeará pessoa habilitada, que apresentará o laudo até 10 (dez) dias antes da audiência.

d) No foro onde estiver instalado Juizado Especial da Fazenda Pública, a sua competência é relativa.

e) Os conciliadores e juízes leigos são auxiliares da Justiça, recrutados, os primeiros, exclusivamente, entre os bacharéis em Direito, e os segundos, entre advogados com mais de 5 (cinco) anos de experiência.

Comentário

a) Os representantes judiciais dos réus presentes à audiência poderão conciliar, transigir ou desistir nos processos da competência dos Juizados Especiais, nos termos e nas hipóteses previstas na lei do respectivo ente da Federação.

CORRETA. Está de acordo com o art. 8º:

Art. 8º Os representantes judiciais dos réus presentes à audiência poderão conciliar, transigir ou desistir nos processos da competência dos Juizados Especiais, nos termos e nas hipóteses previstas na lei do respectivo ente da Federação.

b) Nas causas de que trata esta Lei, haverá reexame necessário.

INCORRETA. Pois NÃO haverá reexame necessário:

Art. 11. Nas causas de que trata esta Lei, **não haverá** reexame necessário.

c) Para efetuar o exame técnico necessário à conciliação ou ao julgamento da causa, o juiz nomeará pessoa habilitada, que apresentará o laudo até 10 (dez) dias antes da audiência.

INCORRETA. O prazo é de até 05 dias:

Art. 10. Para efetuar o exame técnico necessário à conciliação ou ao julgamento da causa, o juiz nomeará pessoa habilitada, que apresentará o laudo **até 5 (cinco) dias** antes da audiência.

d) No foro onde estiver instalado Juizado Especial da Fazenda Pública, a sua competência é relativa.

INCORRETA. É absoluta!!!

Art. 2º

(...)

§ 4º No foro onde estiver instalado Juizado Especial da Fazenda Pública, a sua competência **é absoluta.**

e) Os conciliadores e juízes leigos são auxiliares da Justiça, recrutados, os primeiros, exclusivamente, entre os bacharéis em Direito, e os segundos, entre advogados com mais de 5 (cinco) anos de experiência.

INCORRETA.

Art. 15 (...)

§ 1º Os conciliadores e juízes leigos são auxiliares da Justiça, recrutados, os primeiros, **preferentemente**, entre os bacharéis em Direito, e os segundos, entre advogados com mais **de 2 (dois) anos de experiência.**

GABARITO A

DIREITO CONSTITUCIONAL

45 - (6º Simulado Geral. 2021. Inéditas) De acordo com texto expresso na Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB/88), é correto afirmar que

- a) é livre a manifestação do pensamento, sendo permitido o anonimato.
- b) é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, pendendo de licença.
- c) a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante a noite, por determinação judicial.
- d) é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.
- e) é plena a liberdade de associação para fins lícitos, inclusive a de caráter paramilitar.

Comentário:

a) é livre a manifestação do pensamento, sendo ~~permitido~~ o anonimato.

INCORRETA.

Art. 5º, IV, CF - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

b) é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, pendendo de licença.

INCORRETA.

Art. 5º, IX, CF - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;

c) a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante a noite, por determinação judicial.

INCORRETA.

Art. 5º, XI, CF - a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial; (Vide Lei nº 13.105, de 2015) (Vigência)

d) é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.

CORRETA.

Art. 5º, XII, CF - é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal;

e) é plena a liberdade de associação para fins lícitos, inclusive a de caráter paramilitar.

INCORRETA.

Art. 5º, XVII, CF - é plena a liberdade de associação para fins lícitos, **vedada** a de caráter paramilitar;

GABARITO D

46 - (6º Simulado Geral. 2021. Inéditas) A respeito da CRFB/1988, os tratados e convenções internacionais

a) serão equivalentes às emendas constitucionais se versarem sobre direitos humanos ou não, e forem aprovados, pelo Congresso Nacional, em sessão conjunta, pela maioria absoluta dos seus membros.

b) serão equivalentes às leis ordinárias se versarem sobre direitos humanos e forem aprovados, em cada casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por maioria simples dos presentes na sessão.

c) serão equivalentes às leis complementares se versarem sobre direitos humanos e forem aprovados, em cada casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.

d) independentemente da matéria tratada, serão sempre equivalentes às emendas constitucionais.

e) serão equivalentes às emendas constitucionais se versarem sobre direitos humanos e forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.

Comentário:

e) CORRETA. Art. 5º, § 3º, CF. Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos,

por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

Veja o esquema facilitador:



GABARITO E

47 - (6º Simulado Geral. 2021. Inéditas) Nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, salvo em caso de guerra declarada, não haverá penas

- a) cruéis.
- b) de morte.
- c) de caráter perpétuo.
- d) de banimento.
- e) de trabalhos forçados.

Comentário:

b) CORRETA. Art. 5º, XLVII, CF - não haverá penas:

- a) **de morte**, salvo em caso de guerra declarada, nos termos do art. 84, XIX;
- b) de caráter perpétuo; (c)
- c) de trabalhos forçados; (e)
- d) de banimento; (d)
- e) cruéis; (a)

GABARITO B

48 - (6º Simulado Geral. 2021. Inéditas) São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, de acordo com a Constituição (CRFB/88),

- a) seguro-desemprego, em caso de desemprego voluntário.
- b) proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção culposa.
- c) licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias.
- d) repouso semanal remunerado, obrigatoriamente aos domingos.
- e) aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no máximo de trinta dias, nos termos da lei.

Comentário:

a) seguro-desemprego, em caso de desemprego voluntário.

INCORRETA.

Art. 7º, II, CF - seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário;

b) proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção culposa.

INCORRETA.

Art. 7º, X, CF - proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa;

c) licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias.

CORRETA.

Art. 7º, XVIII, CF - licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias;

d) *repouso semanal remunerado, obrigatoriamente aos domingos.*

INCORRETA.

Art. 7º, XV, CF - repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos;

e) *aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no máximo de trinta dias, nos termos da lei.*

INCORRETA.

Art. 7º, XXI, CF - aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no **mínimo** de trinta dias, nos termos da lei;

GABARITO C

49 - (6º Simulado Geral. 2021. Inéditas) Axel, cuja mãe Ellie é dinamarquesa e o pai João é brasileiro, nasceu em Buenos Aires, em momento inoportuno, visto que Ellie realizava o "City Tour" da cidade. Em contrapartida, João não conseguiu acompanhar o parto, em virtude de estar a serviço de seu país quando a bolsa estourou. À luz da Constituição Federal, Axel

a) é brasileiro nato.

b) poderá naturalizar-se brasileiro caso opte, a qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira, ainda que resida na Dinamarca.

c) poderá naturalizar-se brasileiro caso venha a residir por pelo menos 1 ano ininterrupto no Brasil.

d) não poderá naturalizar-se brasileiro, uma vez que, sua mãe Ellie é dinamarquesa.

e) será considerado brasileiro nato, desde que seu pai retorne ao Brasil imediatamente após o término do serviço, uma vez que, sua mãe Ellie é turista em Buenos Aires.

Comentário:

a) CORRETA - Art. 12, CF. São brasileiros:

I - natos:

b) os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil;

Logo, Axel será brasileiro nato, em razão de seu pai João estar a serviço da República Federativa do Brasil.

Vale destacar que o artigo em comento fala em "qualquer deles", ou seja, não se exige que os dois estejam a serviço do Brasil, bastando apenas um (João).

GABARITO A

50 - (6º Simulado Geral. 2021. Inéditas) No que diz respeito à Administração Pública, conforme a Constituição Federal, assinale a alternativa correta

- a) Em qualquer hipótese, é vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria.
- b) O servidor público titular de cargo efetivo não poderá ser readaptado para exercício de cargo cujas atribuições e responsabilidades sejam compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental.
- c) A aposentadoria concedida com a utilização de tempo de contribuição decorrente de cargo, emprego ou função pública, inclusive do Regime Geral de Previdência Social, não acarretará o rompimento do vínculo que gerou o referido tempo de contribuição.
- d) É vedada a complementação de aposentadorias de servidores públicos e de pensões por morte a seus dependentes, em qualquer hipótese.
- e) A lei estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento.

Comentário:

a) ~~Em qualquer hipótese, é vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria.~~

INCORRETA.

Art. 37, § 10, CF. É vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrentes do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, **ressalvados os cargos acumuláveis na forma desta Constituição, os cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração.** (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

b) O servidor público titular de cargo efetivo ~~não poderá ser readaptado~~ para exercício de cargo cujas atribuições e responsabilidades sejam compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental.

INCORRETA.

Art. 37, § 13, CF. O servidor público titular de cargo efetivo **poderá ser readaptado** para exercício de cargo cujas atribuições e responsabilidades sejam compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, enquanto permanecer nesta condição, desde que possua a habilitação e o nível de escolaridade exigidos para o cargo de destino, mantida a remuneração do cargo de origem. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

c) A aposentadoria concedida com a utilização de tempo de contribuição decorrente de cargo, emprego ou função pública, inclusive do Regime Geral de Previdência Social, ~~não acarretará~~ o rompimento do vínculo que gerou o referido tempo de contribuição.

INCORRETA.

Art. 37, § 14, CF. A aposentadoria concedida com a utilização de tempo de contribuição decorrente de cargo, emprego ou função pública, inclusive do Regime Geral de Previdência Social, **acarretará** o rompimento do vínculo que gerou o referido tempo de contribuição. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

d) É vedada a complementação de aposentadorias de servidores públicos e de pensões por morte a seus dependentes, ~~em qualquer hipótese~~.

INCORRETA.

Art. 37 § 15, CF. É vedada a complementação de aposentadorias de servidores públicos e de pensões por morte a seus dependentes **que não seja decorrente do disposto nos §§ 14 a 16 do art. 40 ou que não seja prevista em lei que extinga regime próprio de previdência social.** (Incluído pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

e) A lei estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento.

CORRETA.

Art. 37, § 5º, CF. A lei estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento.

GABARITO E

51 - (6º Simulado Geral. 2021. Inéditas) Nos termos da Constituição Federal (CRFB/88), é correto afirmar que

- a) é lícita a incorporação de vantagens de caráter temporário ou vinculadas ao exercício de função de confiança ou de cargo em comissão à remuneração do cargo efetivo.
- b) o ato do chefe do Poder Executivo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios poderá estabelecer a relação entre a maior e a menor remuneração dos servidores públicos.
- c) os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário publicarão semestralmente os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos.
- d) o servidor público estável perderá o cargo, dentre outras hipóteses, mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.
- e) as regras para cálculo de proventos de aposentadoria serão disciplinadas em lei geral da União.

Comentário:

a) é ~~lícita~~ a incorporação de vantagens de caráter temporário ou vinculadas ao exercício de função de confiança ou de cargo em comissão à remuneração do cargo efetivo.

INCORRETA.

Art. 39, §9º, CF. É vedada a incorporação de vantagens de caráter temporário ou vinculadas ao exercício de função de confiança ou de cargo em comissão à remuneração do cargo efetivo. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

b) ~~o ato do chefe do Poder Executivo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios~~ poderá estabelecer a relação entre a maior e a menor remuneração dos servidores públicos.

INCORRETA. Não é ato do chefe do Poder Executivo, mas sim Lei dos entes federativos.

Art. 39, § 5º, CF. Lei da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios poderá estabelecer a relação entre a maior e a menor remuneração dos servidores públicos, obedecido, em qualquer caso, o disposto no art. 37, XI. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

c) os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário publicarão ~~semestralmente~~ os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos.

INCORRETA.

Art. 39, § 6º, CF. Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário publicarão **anualmente** os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

d) o servidor público estável perderá o cargo, dentre outras hipóteses, mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.

CORRETA. Essa é uma das três hipóteses de perda do cargo pelo servidor estável previsto no § 1º do art. 41 da CF/88:

Art. 41, § 1º, CF. O servidor público estável só perderá o cargo: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

I - em virtude de sentença judicial transitada em julgado; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

II - mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

III - mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

e) as regras para cálculo de proventos de aposentadoria serão disciplinadas em ~~lei geral da União.~~

INCORRETA.

Art.40, § 3º, CF. As regras para cálculo de proventos de aposentadoria serão disciplinadas em lei do respectivo ente federativo.

GABARITO D

DIREITO ADMINISTRATIVO

52 - (6º Simulado Geral. 2021. Inéditas) Nos termos da Lei n. 10.261/1968 e suas alterações, é assegurado a qualquer pessoa, física ou jurídica, independentemente de pagamento, o direito de petição contra ilegalidade ou abuso de poder e para defesa de direitos. Desta forma, é correto afirmar que

- a) em uma única hipótese, prevista na Lei n. 10.261/68 e suas alterações, pode a Administração recusar-se a protocolar essa petição.
- b) a Administração pode, em determinadas circunstâncias fixadas nessa Lei, recusar-se a protocolar, encaminhar ou apreciar essa petição.
- c) a Administração pode, em razão do seu poder discricionário, recusar-se a protocolar, encaminhar ou apreciar essa petição.
- d) não há dispositivo expresso nessa Lei a respeito da possibilidade de a Administração recusar-se a protocolar essa petição, sendo essa matéria disciplinada pela Constituição Federal de 1988.
- e) em nenhuma hipótese, a Administração pode recusar-se a protocolar, encaminhar ou apreciar essa petição, sob pena de responsabilidade do agente.

Comentário:

e) CORRETA.

Artigo 239, da Lei n. 10.261/68 - É assegurado a qualquer pessoa, física ou jurídica, independentemente de pagamento, o direito de petição contra ilegalidade ou abuso de poder e para defesa de direitos. (NR)

§ 2º - **Em nenhuma hipótese, a Administração poderá recusar-se a protocolar, encaminhar ou apreciar a petição, sob pena de responsabilidade do agente.** (NR) - Artigo 239 com redação dada pela Lei Complementar nº 942, de 06/06/2003.

GABARITO E

53 - (6º Simulado Geral. 2021. Inéditas) A respeito da Lei n. 10.261/68 e suas alterações, é proibido ao funcionário público estadual

- a) fazer contratos de natureza comercial e industrial com o Governo, por si, salvo como representante de outrem.
- b) incitar greves ou a elas aderir, ou praticar atos de sabotagem contra o serviço público.
- c) fundar sindicato de funcionários, podendo apenas fazer parte deles.
- d) tratar de interesses do departamento na repartição.
- e) requerer privilégio de invenção própria.

Comentário:

a) fazer contratos de natureza comercial e industrial com o Governo, por si, ~~salvo como representante de outrem.~~

INCORRETA.

Artigo 243, da Lei n. 10.261/68 - É proibido ainda, ao funcionário:

I - fazer contratos de natureza comercial e industrial com o Governo, por si, **ou como representante de outrem;**

b) incitar greves ou a elas aderir, ou praticar atos de sabotagem contra o serviço público.

CORRETA.

Artigo 243, da Lei n. 10.261/68 - É proibido ainda, ao funcionário:

VII - incitar greves ou a elas aderir, ou praticar atos de sabotagem contra o serviço público;

c) fundar sindicato de funcionários, ~~podendo apenas fazer parte deles.~~

INCORRETA.

Artigo 243, da Lei n. 10.261/68 - É proibido ainda, ao funcionário:

XII - fundar sindicato de funcionários **ou deles fazer parte.**

d) tratar de interesses do departamento na repartição.

INCORRETA. Pois o que é proibido é tratar de interesses particulares na repartição:

Artigo 242, da Lei n. 10.261/68 - Ao funcionário é proibido:

V - tratar de interesses **particulares** na repartição;

e) ~~requerer privilégio de invenção própria.~~

INCORRETA.

Artigo 243, da Lei n. 10.261/68 - É proibido ainda, ao funcionário:

III - requerer ou promover a concessão de privilégios, garantias de juro ou outros favores semelhantes, federais, estaduais ou municipais, **exceto privilégio de invenção própria;**

GABARITO B

54 - (6º Simulado Geral. 2021. Inéditas) A respeito do Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado e suas alterações, o funcionário é responsável por todos os prejuízos que, nessa qualidade, causar à Fazenda Estadual,

- a) por dolo ou culpa, devidamente apurados.
- b) apenas por dolo, devidamente apurado.
- c) apenas, por culpa, devidamente apurada.
- d) independentemente de dolo ou culpa, mas com investigação preliminar para indicar o causador do dano.
- e) apenas por negligência, devidamente apurada.

Comentário:

a) CORRETA.

Artigo 245, da Lei n. 10.261/68 - O funcionário é responsável por todos os prejuízos que, nessa qualidade, causar à Fazenda Estadual, **por dolo ou culpa, devidamente apurados.**

GABARITO A

55 - (6º Simulado Geral. 2021. Inéditas) Nos termos da Lei n. 10.261/68 e suas alterações, será aplicada a pena de demissão a bem do serviço público nos casos de

- a) ausência ao serviço, sem causa justificável, por mais de 45 (quarenta e cinco) dias, interpoladamente, durante 1 (um) ano.
- b) ineficiência no serviço.
- c) aplicação indevida de dinheiros públicos.
- d) praticar ato definido como crime contra o Sistema Financeiro, ou de lavagem ou ocultação de bens, direitos ou valores.
- e) procedimento irregular, de natureza grave.

Comentário:

~~a) ausência ao serviço, sem causa justificável, por mais de 45 (quarenta e cinco) dias, interpoladamente, durante 1 (um) ano.~~

INCORRETA.

Lei n. 10.261/68 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado) - Artigo 256 - Será aplicada a **pena de demissão** nos casos de:

V - ausência ao serviço, sem causa justificável, por mais de 45 (quarenta e cinco) dias, interpoladamente, durante 1 (um) ano.

~~b) ineficiência no serviço.~~

INCORRETA.

Lei n. 10.261/68 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado) - Artigo 256 - Será aplicada a **pena de demissão** nos casos de:

III - ineficiência no serviço;

~~c) aplicação indevida de dinheiros públicos.~~

INCORRETA.

Lei n. 10.261/68 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado) - Artigo 256 - Será aplicada a **pena de demissão** nos casos de:

IV - aplicação indevida de dinheiros públicos;

~~d) praticar ato definido como crime contra o Sistema Financeiro, ou de lavagem ou ocultação de bens, direitos ou valores.~~

CORRETA.

Lei n. 10.261/68 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado) - Artigo 257 - Será aplicada a **pena de demissão a bem do serviço público** ao funcionário que:

XII - praticar ato definido como crime contra o Sistema Financeiro, ou de lavagem ou ocultação de bens, direitos ou valores; (NR) - Incisos XI ao XIII acrescentados pela Lei Complementar nº 942, de 06/06/2003.

~~e) procedimento irregular, de natureza grave.~~

INCORRETA.

Lei n. 10.261/68 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado) - Artigo 256 - Será aplicada a **pena de demissão** nos casos de:

II - procedimento irregular, de natureza grave;

GABARITO D

56 - (6º Simulado Geral. 2021. Inéditas) De acordo com a Lei n. 8.429/92, é correta a seguinte afirmação:

- a) Quando o ato de improbidade causar lesão ao patrimônio público ou ensejar enriquecimento ilícito, caberá a autoridade policial responsável pelo inquérito representar ao Ministério Público, para a indisponibilidade dos bens do indiciado.
- b) A posse e o exercício de agente público ficam condicionados à apresentação de declaração dos bens e valores que compõem o seu patrimônio privado, a fim de ser arquivada no serviço de pessoal competente.
- c) A declaração de bens será semestralmente atualizada e na data em que o agente público deixar o exercício do mandato, cargo, emprego ou função.
- d) É de competência exclusiva do Ministério Público representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.
- e) O Ministério Público ou Tribunal ou Conselho de Contas não poderá, a requerimento, designar representante para acompanhar o procedimento administrativo.

Comentário:

a) Quando o ato de improbidade causar lesão ao patrimônio público ou ensejar enriquecimento ilícito, caberá a autoridade ~~policial~~ responsável pelo inquérito representar ao Ministério Público, para a indisponibilidade dos bens do indiciado.

INCORRETA.

Art. 7º, da Lei n. 8.429/92. Quando o ato de improbidade causar lesão ao patrimônio público ou ensejar enriquecimento ilícito, caberá a autoridade **administrativa** responsável pelo inquérito representar ao Ministério Público, para a indisponibilidade dos bens do indiciado.

b) A posse e o exercício de agente público ficam condicionados à apresentação de declaração dos bens e valores que compõem o seu patrimônio privado, a fim de ser arquivada no serviço de pessoal competente.

CORRETA.

Art. 13, da Lei n. 8.429/92. A posse e o exercício de agente público ficam condicionados à apresentação de declaração dos bens e valores que compõem o seu patrimônio privado, a fim de ser arquivada no serviço de pessoal competente.

c) A declaração de bens será ~~semestralmente~~ atualizada e na data em que o agente público deixar o exercício do mandato, cargo, emprego ou função.

INCORRETA.

Art. 13, § 2º, da Lei n. 8.429/92. A declaração de bens será **anualmente** atualizada e na data em que o agente público deixar o exercício do mandato, cargo, emprego ou função.

d) ~~É de competência exclusiva do Ministério Público~~ representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.

INCORRETA.

Art. 14, da Lei n. 8.429/92. **Qualquer pessoa** poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.

e) O Ministério Público ou Tribunal ou Conselho de Contas ~~não~~ poderá, a requerimento, designar representante para acompanhar o procedimento administrativo.

INCORRETA.

Art. 15, Parágrafo único, da Lei n. 8.429/92. O Ministério Público ou Tribunal ou Conselho de Contas **poderá**, a requerimento, designar representante para acompanhar o procedimento administrativo.

GABARITO B

57 - (6º Simulado Geral. 2021. Inéditas) Constitui ato de improbidade administrativa importando enriquecimento ilícito auferir qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, mandato, função, emprego ou atividade nas entidades mencionadas no art. 1º desta lei (8.429/92), e notadamente:

a) permitir ou concorrer para que pessoa física ou jurídica privada utilize bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial da administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, de Território, de empresa incorporada ao patrimônio público, sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie.

b) facilitar ou concorrer por qualquer forma para a incorporação ao patrimônio particular, de pessoa física ou jurídica, de bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial da administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, de Território, de empresa incorporada ao patrimônio público.

c) permitir ou facilitar a alienação, permuta ou locação de bem integrante do patrimônio da administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, de Território, de empresa incorporada ao patrimônio público, ou ainda a prestação de serviço por parte delas, por preço inferior ao de mercado.

d) realizar operação financeira sem observância das normas legais e regulamentares ou aceitar garantia insuficiente ou inidônea.

e) aceitar emprego, comissão ou exercer atividade de consultoria ou assessoramento para pessoa física ou jurídica que tenha interesse suscetível de ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público, durante a atividade;

Comentário:

~~a) permitir ou concorrer para que pessoa física ou jurídica privada utilize bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial da administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, de Território, de empresa incorporada ao patrimônio público, sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie.~~

INCORRETA.

Art. 10, da Lei n. 8.429/92. Constitui ato de improbidade administrativa que **causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades** referidas no art. 1º desta lei, e notadamente:

II - permitir ou concorrer para que pessoa física ou jurídica privada utilize bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial das entidades mencionadas no art. 1º desta lei, sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie;

~~b) facilitar ou concorrer por qualquer forma para a incorporação ao patrimônio particular, de pessoa física ou jurídica, de bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial da administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, de Território, de empresa incorporada ao patrimônio público.~~

INCORRETA.

Art. 10, da Lei n. 8.429/92. Constitui ato de improbidade administrativa que **causa lesão ao erário** qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta lei, e notadamente:

I - facilitar ou concorrer por qualquer forma para a incorporação ao patrimônio particular, de pessoa física ou jurídica, de bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial das entidades mencionadas no art. 1º desta lei;

~~c) permitir ou facilitar a alienação, permuta ou locação de bem integrante do patrimônio da administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, de Território, de empresa incorporada ao patrimônio público, ou ainda a prestação de serviço por parte delas, por preço inferior ao de mercado.~~

INCORRETA.

Art. 10, da Lei n. 8.429/92. Constitui ato de improbidade administrativa que **causa lesão ao erário** qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta lei, e notadamente:

IV - permitir ou facilitar a alienação, permuta ou locação de bem integrante do patrimônio de qualquer das entidades referidas no art. 1º desta lei, ou ainda a prestação de serviço por parte delas, por preço inferior ao de mercado;

~~d) realizar operação financeira sem observância das normas legais e regulamentares ou aceitar garantia insuficiente ou inidônea.~~

INCORRETA.

Art. 10, da Lei n. 8.429/92. Constitui ato de improbidade administrativa que **causa lesão ao erário** qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta lei, e notadamente:

VI - realizar operação financeira sem observância das normas legais e regulamentares ou aceitar garantia insuficiente ou inidônea;

~~e) perceber vantagem econômica, direta ou indireta, para facilitar a alienação, permuta ou locação de bem público ou o fornecimento de serviço por ente estatal por preço inferior ao valor de mercado.~~

CORRETA.

Art. 9º, da Lei n. 8.429/92 - Constitui ato de improbidade administrativa **importando enriquecimento ilícito** auferir qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, mandato, função, emprego ou atividade nas entidades mencionadas no art. 1º desta lei, e notadamente:

(...)

VIII - aceitar emprego, comissão ou exercer atividade de consultoria ou assessoramento para pessoa física ou jurídica que tenha interesse suscetível de ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público, durante a atividade;

GABARITO E

58 - (6º Simulado Geral. 2021. Inéditas) Zeus, funcionário público atuante na área de licitações públicas do Governo do Estado de São Paulo, praticou ato de improbidade administrativa, devidamente apurado, por ter frustrado a licitude de processo licitatório. Nesse caso hipotético, Zeus terá suspenso os seus direitos políticos pelo prazo de:

- a) 1 a 3 anos.
- b) 3 a 5 anos.
- c) 5 a 8 anos.
- d) 8 a 10 anos.
- e) 10 a 20 anos.

Comentário

Primeiro, a questão exige que se saiba que frustrar a licitude de processo licitatório é ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário:

Art. 10. Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta lei, e notadamente:

(...)

VIII - frustrar a licitude de processo licitatório ou de processo seletivo para celebração de parcerias com entidades sem fins lucrativos, ou dispensá-los indevidamente;

E, nesse caso, ele terá suspensos os seus direitos políticos pelo prazo de 5 a 8 anos:

Art. 12. Independentemente das sanções penais, civis e administrativas previstas na legislação específica, está o responsável pelo ato de improbidade sujeito às seguintes cominações, que podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato:

(...)

II - **na hipótese do art. 10**, ressarcimento integral do dano, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, se concorrer esta circunstância, perda da função pública, **suspensão dos direitos políticos de cinco a oito anos**, pagamento de multa civil de até duas vezes o valor do dano e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos;

GABARITO C

59 - (6º Simulado Geral. 2019. Outras) As ações destinadas a levar a efeitos as sanções previstas na Lei 8429/92 podem ser propostas:

- A) Até cinco anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança.
- B) Até três anos da data da apresentação à administração pública da prestação de contas final.
- C) Até três anos em todos os casos de sanções previstas na lei 8429/92.
- D) Até seis anos da data da apresentação à administração pública da prestação de contas final.
- E) Até seis anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança.

Comentário

Questão exigiu o conhecimento do art. 23 da Lei de Improbidade Administrativa:

Art. 23. As ações destinadas a levar a efeitos as sanções previstas nesta lei podem ser propostas:

I – **até cinco anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança;**

II – dentro do prazo prescricional previsto em lei específica para faltas disciplinares puníveis com demissão a bem do serviço público, nos casos de exercício de cargo efetivo ou emprego.

III – **até cinco anos da data da apresentação à administração pública da prestação de contas final** pelas entidades referidas no parágrafo único do art. 1º desta Lei.’

GABARITO A

NORMAS DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

60 – (6º Simulado Geral. 2021. Inéditas) Nos termos das Normas da Corregedoria Geral de Justiça, no que se refere aos ofícios de justiça em geral, assinale a alternativa correta.

- a) Será admitida a exclusão de parte no processo, procedendo-se à sua baixa, quando necessário.
- b) Quando a mesma parte estiver vinculada a processos que tramitam em outros ofícios de justiça, as eventuais retificações de seus dados não serão aplicadas aos feitos de outro juízo.
- c) O Livro de Visitas e Correções não excederá 200 (duzentas) folhas, salvo determinação judicial em contrário ou para a manutenção da continuidade da peça correcional, podendo, nestes casos, ser encerrado por termo contemporâneo à última ata, com mais ou menos folhas.
- d) O segredo de justiça não poderá ser gerado automaticamente pelo sistema informatizado.
- e) As guias de recolhimento de diligências do oficial de justiça serão conservadas pelo prazo mínimo de um ano contado do arquivamento.

Comentário

a) ~~Será admitida~~ a exclusão de parte no processo, procedendo-se à sua baixa, quando necessário.

INCORRETA. Não será admitida!!!

Art. 54

(...)

§ 2º **Não será admitida** exclusão de parte no processo, procedendo-se à sua baixa, quando necessário.

b) Quando a mesma parte estiver vinculada a processos que tramitam em outros ofícios de justiça, as eventuais retificações de seus dados não serão aplicadas aos feitos de outro juízo.

CORRETA. É o que estabelece o art. 62:

Art. 62. Quando a mesma parte estiver vinculada a processos que tramitam em outros ofícios de justiça, as eventuais retificações de seus dados não serão aplicadas aos feitos de outro juízo.

c) O Livro de Visitas e Correções não excederá 9, salvo determinação judicial em contrário ou para a manutenção da continuidade da peça correcional, podendo, nestes casos, ser encerrado por termo contemporâneo à última ata, com mais ou menos folhas.

INCORRETA. Pois o Livro de Visitas e Correções não excederá de 100 folhas!!!

Art. 67

(...)

§ 2º O Livro de Visitas e Correições **não excederá 100 (cem) folhas**, salvo determinação judicial em contrário ou para a manutenção da continuidade da peça correcional, podendo, nestes casos, ser encerrado por termo contemporâneo à última ata, com mais ou menos folhas.

d) O segredo de justiça não poderá ser gerado automaticamente pelo sistema informatizado.

INCORRETA. A depender da natureza da ação, pode sim!!!

Art. 61

(...)

§ 2º O segredo de justiça **poderá, ainda, ser gerado automaticamente pelo sistema informatizado, a depender da natureza da ação.**

e) As guias de recolhimento de diligências do oficial de justiça serão conservadas pelo prazo mínimo de um ano contado do arquivamento.

INCORRETA. É pelo prazo mínimo de 2 anos!!!

Art. 79. As guias de recolhimento de diligências do oficial de justiça serão conservadas pelo prazo **mínimo de dois anos** contados do arquivamento, aplicando-se, quanto à inutilização, o disposto no do § 2º do art. 74.

GABARITO B

61 - **(6º Simulado Geral. 2021. Inéditas)** Sobre a ordem dos serviços dos processos em geral, é correto afirmar que:

- a) É vedada nas autuações a colocação de tarjas coloridas para assinalar situações especiais.
- b) Os autos de processos não excederão de 250 (duzentas e cinquenta) folhas em cada volume, salvo determinação judicial expressa em contrário ou para manter peça processual com seus documentos anexos, podendo, nestes casos, ser encerrado com mais ou menos folhas.
- c) É vedado o lançamento do termo de juntada na própria petição ou documento a serem encartados aos autos.
- d) Qualquer processo poderá ser entregue com termo de vista, a promotor de justiça ou advogado, sem prévia assinatura no relatório de carga eletrônica.
- e) Nenhum processo permanecerá paralisado em cartório, além dos prazos legais ou fixados, ou ficará sem andamento por mais de 10 (dez) dias, no aguardo de diligências (informações, respostas a ofícios ou requisições, providências das partes etc.).

Comentário

a) É vedada nas autuações a colocação de tarjas coloridas para assinalar situações especiais.

INCORRETA. Pois o art. 88 determina que sejam afixadas tarjas coloridas, na posição horizontal, para assinalar situações especiais. Ex: pode ser colocada uma tarja azul para assinalar que se trata de processo com prioridade.

Art. 88. **O ofício de justiça afixará nas autuações tarjas coloridas**, na posição horizontal, para assinalar situações especiais descritas nestas Normas de Serviço.

b) Os autos de processos não excederão de 250 (duzentas e cinquenta) folhas em cada volume, salvo determinação judicial expressa em contrário ou para manter peça processual com seus documentos anexos, podendo, nestes casos, ser encerrado com mais ou menos folhas.

INCORRETA.

Art. 89. Os autos de processos não excederão de **200 (duzentas) folhas** em cada volume, salvo determinação judicial expressa em contrário ou para manter peça processual com seus documentos anexos, podendo, nestes casos, ser encerrado com mais ou menos folhas.

c) É vedado o lançamento do termo de juntada na própria petição ou documento a serem encartados aos autos.

CORRETA. Tal proibição está prevista no § 2º do art. 93:

Art. 93

(...)

É vedado o lançamento do termo de juntada na própria petição ou documento a serem encartados aos autos.

d) Qualquer processo poderá ser entregue com termo de vista, a promotor de justiça ou advogado, sem prévia assinatura no relatório de carga eletrônica.

INCORRETA. Pois tem que ter a assinatura:

Art. 98

(...)

§ 2º **Nenhum processo será entregue** com termo de vista, a promotor de justiça ou advogado, **sem prévia assinatura no relatório de carga eletrônica**, e correspondente andamento no sistema informatizado, ou no livro protocolo. **(Alterado pelo Provimento CG Nº 39/2019)**

e) Nenhum processo permanecerá paralisado em cartório, além dos prazos legais ou fixados, ou ficará sem andamento por mais de 10 (dez) dias, no aguardo de diligências (informações, respostas a ofícios ou requisições, providências das partes etc.).

INCORRETA. O prazo é por mais de 30 dias!!!

Art. 99. Nenhum processo permanecerá paralisado em cartório, além dos prazos legais ou fixados, ou ficará sem andamento **por mais de 30 (trinta) dias**, no aguardo de diligências (informações, respostas a ofícios ou requisições, providências das partes etc.).

GABARITO C

62 – (6º Simulado Geral. 2021. Inéditas) Sobre as intimações dos atos e termos do processo, assinale a alternativa correta.

- a) Da publicação no Diário da Justiça Eletrônico a respeito de processos sujeitos ao segredo de justiça constarão os nomes completos das partes.
- b) As publicações feitas no Diário da Justiça Eletrônico comprovam-se mediante certidão, desde que precedida da juntada do exemplar impresso.
- c) Os despachos, decisões interlocutórias e sentenças devem ser encaminhados à publicação no Diário da Justiça Eletrônico, dentro do prazo máximo de 24 horas, a contar da devolução dos autos em cartório.
- d) É permitido ao servidor dos ofícios de justiça prestar informações por telefone aos advogados, aos membros do Ministério Público, às partes e ao público em geral acerca dos atos e termos do processo.
- e) Quando ocorrer erro ou omissão de elemento indispensável na publicação, independentemente de despacho ou de reclamação da parte, proceder-se-á imediatamente à retificação e nova publicação, encartando-se aos autos cópia do ato incorretamente publicado.

Comentário

a) Da publicação no Diário da Justiça Eletrônico a respeito de processos sujeitos ao segredo de justiça constarão os ~~nomes completos~~ das partes.

INCORRETA. Quando se tratar de processos sujeitos ao segredo de justiça, constarão as INICIAIS das partes e não o nome completo:

Art. 138. Da publicação no Diário da Justiça Eletrônico a respeito de processos sujeitos ao segredo de justiça **constarão as iniciais das partes.**

b) As publicações feitas no Diário da Justiça Eletrônico comprovam-se mediante certidão, desde que precedida da juntada do exemplar impresso.

INCORRETA. Pois não precisa da juntada do exemplar impresso:

Art. 140. A publicação de atos ordinatórios, despachos, decisões interlocutórias e sentenças, no Diário da Justiça Eletrônico, será documentada pelo encarte, aos autos, da respectiva certidão gerada automaticamente pelo sistema informatizado oficial ou, na impossibilidade, pela certidão aposta na mesma folha, ao pé, ou, se não houver espaço, no verso da folha em que lançado o ato publicado.

Parágrafo único. **As publicações feitas no Diário da Justiça Eletrônico comprovam-se mediante certidão, independentemente da juntada do exemplar impresso.**

c) Os despachos, decisões interlocutórias e sentenças devem ser encaminhados à publicação no Diário da Justiça Eletrônico, dentro do prazo máximo ~~de 24 horas~~, a contar da devolução dos autos em cartório.

INCORRETA. Devem ser encaminhados dentro do prazo máximo de 3 dias!!!

Art. 133. Os despachos, decisões interlocutórias e sentenças devem ser encaminhados à publicação no Diário da Justiça Eletrônico, dentro do **prazo máximo de 3 (três) dias**, a contar da devolução dos autos em cartório.

d) É permitido ao servidor dos órgãos de justiça prestar informações por telefone aos advogados, aos membros do Ministério Público, às partes e ao público em geral acerca dos atos e termos do processo.

INCORRETA. Essa prática é vedada pelo parágrafo único do art. 132:

Parágrafo único. **É vedado** ao servidor dos órgãos de justiça **prestar informações por telefone** aos advogados, aos membros do Ministério Público, às partes e ao público em geral acerca dos atos e termos do processo.

e) Quando ocorrer erro ou omissão de elemento indispensável na publicação, independentemente de despacho ou de reclamação da parte, proceder-se-á imediatamente à retificação e nova publicação, encartando-se aos autos cópia do ato incorretamente publicado.

CORRETA. É o que dispõe o art. 137:

Art. 137. Quando ocorrer erro ou omissão de elemento indispensável na publicação, **independentemente de despacho ou de reclamação da parte**, proceder-se-á imediatamente à retificação e nova publicação, encartando-se aos autos cópia do ato incorretamente publicado.

GABARITO E

63 – (6º Simulado Geral. 2021. Inéditas) No que se refere à consulta e à carga dos autos, assinale a alternativa correta.

a) A carga de autos de processos findos e que não estejam sujeitos a segredo de justiça só pode ser autorizada a advogado que tenha procuração, pelo prazo de 10 (dez) dias.

b) É defeso aos advogados indicarem prepostos, funcionários ou estagiários a retirarem, em nome deles, os autos em carga.

c) Na fluência de prazo comum, só em conjunto ou mediante prévio ajuste por petição nos autos os procuradores das partes ou seus prepostos retirarão os autos, ressalvada a obtenção de cópias para a qual cada procurador ou preposto poderá retirá-los pelo prazo de 2 (duas) a 6 (seis) horas, mediante carga, independentemente de ajuste, observado o término do expediente forense.

d) A carga rápida dos autos será concedida pelo escrivão ou o escrevente responsável pelo atendimento, pelo período de duas horas, mediante controle de movimentação física dos autos, conforme formulário a ser preenchido e assinado por advogado ou estagiário de Direito devidamente constituído no processo, ou ainda por pessoa credenciada pelo advogado ou sociedade de advogados.

e) O advogado deve restituir, no prazo legal, os autos que tiver retirado do escritório de justiça. Se intimado pessoalmente, o advogado não devolver os autos no prazo de 48 horas, perderá o direito à vista fora de cartório e incorrerá em multa correspondente à metade do salário mínimo.

Comentário

a) A consulta de processos findos só pode ser autorizada a advogado que tenha procuração nos autos, pelo prazo de 10 (dez) dias.

INCORRETA. Quando se tratar de processos findos e que não estejam sujeitos a segredo de justiça, a carga pode ser feita por advogado mesmo sem procuração:

Art. 161. A carga de autos judiciais e administrativos em andamento no cartório é reservada unicamente a advogados ou estagiários de Direito regularmente inscritos na OAB, constituídos procuradores de alguma das partes, **ressalvado, nos processos findos e que não estejam sujeitos a segredo de justiça, a carga por advogado mesmo sem procuração**, pelo prazo de 10 (dez) dias.

b) É defeso aos advogados indicarem prepostos, funcionários ou estagiários a retirarem, em nome deles, os autos em carga.

INCORRETA. Eis que tal prática é permitida pelo art. 163:

Art. 163. **Os advogados, a sociedade de advogados, os representantes judiciais da Fazenda Pública e os membros do Ministério Público e da Defensoria Pública, mediante petição dirigida ao Juiz Corregedor Permanente, poderão indicar prepostos, funcionários ou estagiários autorizados a retirarem, em nome daqueles, os autos em carga.**

OBS: É DEFESO = É PROIBIDO = É VEDADO

c) Na fluência de prazo comum, só em conjunto ou mediante prévio ajuste por petição nos autos os procuradores das partes ou seus prepostos retirarão os autos, ressalvada a obtenção de cópias para a qual cada procurador ou preposto poderá retirá-los pelo prazo de 2 (duas) a 6 (seis) horas, mediante carga, independentemente de ajuste, observado o término do expediente forense.

CORRETA. É o que estabelece o § 2º do art. 164:

Art. 164

(...)

§ 2º Na fluência de prazo comum, só em conjunto ou mediante prévio ajuste por petição nos autos os procuradores das partes ou seus prepostos retirarão os autos, ressalvada a obtenção de cópias para a qual cada procurador ou preposto poderá retirá-los pelo prazo de 2 (duas) a 6 (seis) horas, mediante carga, independentemente de ajuste, observado o término do expediente forense.

d) A carga rápida dos autos será concedida pelo escrivão ou o escrevente responsável pelo atendimento, pelo período de ~~duas horas~~, mediante controle de movimentação física dos autos, conforme formulário a ser preenchido e assinado por advogado ou estagiário de Direito devidamente constituído no processo, ou ainda por pessoa credenciada pelo advogado ou sociedade de advogados.

INCORRETA. A carga rápida é pelo período de 1 hora!!!

Art. 165. A carga rápida dos autos será concedida pelo escrivão ou o escrevente responsável pelo atendimento, pelo **período de uma hora**, mediante controle de movimentação física dos autos, conforme formulário a ser preenchido e assinado por advogado ou estagiário de Direito devidamente constituído no processo, ou ainda por pessoa credenciada pelo advogado ou sociedade de advogados, respeitado o seguinte procedimento

e) O advogado deve restituir, no prazo legal, os autos que tiver retirado do ofício de justiça. Se intimado pessoalmente, o advogado não devolver os autos no prazo de ~~48 horas~~, perderá o direito à vista fora de cartório e incorrerá em multa correspondente à metade do salário mínimo.

INCORRETA. O prazo é de 3 dias!!!

Art. 167. O advogado deve restituir, no prazo legal, os autos que tiver retirado do ofício de justiça. Se intimado pessoalmente, o advogado não devolver os autos no **prazo de 3 (três) dias**, perderá o direito à vista fora de cartório e incorrerá em multa correspondente à metade do salário mínimo.

GABARITO C

64 – **(6º Simulado Geral. 2021. Inéditas)** Nos termos das Normas da Corregedoria Geral da Justiça, é permitida a pesquisa científica nos processos que se encontram arquivados nas dependências da empresa terceirizada responsável pela guarda, sendo necessário o credenciamento junto à Coordenadoria de Gestão Documental e Arquivos – SPI 2.4.

A autorização do credenciamento poderá ser pelo prazo de:

- a) 10 (dez), 20 (vinte) ou no máximo 30 (trinta) dias, improrrogáveis.
- b) 15 (quinze), 30 (trinta) ou no máximo 45 (quarenta e cinco) dias, renováveis desde que justificado o motivo.
- c) 60 (sessenta), 90 (noventa) ou no máximo 120 (cento e vinte) dias, improrrogáveis.
- d) 30 (trinta), 60 (sessenta) ou no máximo 90 (noventa) dias, renováveis desde que justificado o motivo.
- e) 05 (cinco), 10 (dez) ou no máximo 15 (quinze) dias, improrrogáveis.

Comentário

Questão exigiu o conhecimento do art. 189-F:

Art. 189-F. A autorização do credenciamento poderá ser pelo prazo de **30 (trinta), 60 (sessenta) ou no máximo 90 (noventa) dias, renováveis desde que justificado o motivo.** (Acrescentado pelo Provimento CG Nº 45/2019)

GABARITO D

ATUALIDADES

65 - **(6º Simulado Geral. 2021. Inéditas)** No dia 1º de setembro de 2021, o Presidente Jair Bolsonaro (Sem partido) vetou trechos que punem 'comunicação enganosa em massa' e quem proibir realização de manifestação pacífica. Por fim, sanciona com cinco vetos projeto que revoga

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/09/02/bolsonaro-veta-parte-de-texto-aprovado-no-congresso-que-revoga-lei-ghtml-adaptada>

- a) a Lei de Proteção de Dados.
- b) a Lei de Segurança Nacional.
- c) a Lei de Acesso à Informação.
- d) a Lei do Sistema Nacional de Armas.
- e) o Estatuto dos Militares.

Comentário:

O presidente Jair Bolsonaro sancionou nesta quarta-feira (1º) o projeto que **revoga a Lei de Segurança Nacional**, criada em 1983, na ditadura militar.

Bolsonaro sanciona com cinco vetos projeto que revoga Lei de Segurança Nacional

Investigado no inquérito das fake news no STF, presidente vetou trechos que punem 'comunicação enganosa em massa' e quem proibir realização de manifestação pacífica.

Por Pedro Henrique Gomes, G1 — Brasília

02/09/2021 02h41 · Atualizado há 3 semanas

GABARITO B

66 - (6º Simulado Geral. 2021. Inéditas) O Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil recuou 0,1% no 2º trimestre de 2021, na comparação com os três meses imediatamente anteriores, conforme divulgado nesta quarta-feira (1) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Os números do IBGE mostram que a economia brasileira perdeu fôlego, após ter avançado de 1,2% nos 3 primeiros meses do ano, completando 3 trimestres seguidos de alta.

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/09/01/pib-do-brasil-recua-01percent-no-2o-trimestre.ghtml>

De acordo com a notícia os analistas explicam que o resultado veio mais fraco que o esperado principalmente

- a) pela retração da agropecuária, indústria e dos investimentos, e pela estagnação do consumo das famílias.
- b) pelo o impacto da pandemia de Covid-19, mesmo que ainda não tenha sido totalmente mapeado, provavelmente, expôs fraquezas em nossos sistemas.
- c) em razão da crise hídrica que tem desafiado o cenário climático nacional.
- d) pelo impacto econômico, isto é, inflação, alta do dólar americano, desemprego.
- e) em razão dos gastos governamentais estimados em 3,9 bilhões no orçamento de compra de vacinas contra a Covid-19.

Comentário:

A surpresa negativa é explicada principalmente **pela retração da agropecuária, indústria e dos investimentos, e pela estagnação do consumo das famílias.**

Principais destaques do PIB no 2º trimestre:

- Agropecuária: -2,8%
- Indústria: -0,2%
- Serviços: 0,7%
- Consumo das famílias: zero
- Consumo do governo: 0,7%
- Investimento (FBCF): -3,6%
- Importação: -0,6%
- Exportação: 9,4%
- Construção: 2,7%

GABARITO A

67 - (6º Simulado Geral. 2021. Inéditas) Justiça quebra sigilos fiscal e bancário de vereador em investigação sobre funcionários 'fantasmas' na Câmara do Rio.

MP-RJ investiga se há um esquema de “rachadinha” no gabinete do vereador e outras 26 pessoas e sete empresas suspeitas também tiveram os sigilos quebrados.

<https://oglobo.globo.com/politica/justica-quebra-sigilos-fiscal-bancario-de-em-investigacao-sobre-funcionarios-fantasma-na-camara-do-rio-1-25179405-adaptada>

A investigação relatada refere-se ao vereador

- a) Gabriel Monteiro (PSD).
- b) Carlos Bolsonaro (Republicanos).
- c) Flávio Bolsonaro (Patriota).
- d) Eduardo Bolsonaro (PSL).
- e) Dr. Rogério Amorim (PSL)

Comentário:

A notícia se refere ao vereador Carlos Bolsonaro (Republicanos).

POLÍTICA

Justiça quebra sigilos fiscal e bancário de Carlos Bolsonaro em investigação sobre funcionários 'fantasmas' na Câmara do Rio

MP-RJ investiga se há um esquema de "rachadinha" no gabinete do vereador; outras 26 pessoas e sete empresas suspeitas também tiveram os sigilos quebrados.

Filipe Vidon

31/08/2021 - 20:20 / Atualizado em 02/09/2021 - 13:12

   | Newsletters 



O vereador Carlos Bolsonaro em sessão na Câmara do Rio Foto: Agência O Globo

GABARITO B

68 - (6º Simulado Geral. 2021. Inéditas) Pelo menos 46 pessoas morreram em decorrência das enchentes que atingiram a Costa Leste dos Estados Unidos durante a passagem do furacão, disseram autoridades nesta quinta-feira (2).

Os efeitos do furacão desencadearam inundações mortais em velocidade recorde em Nova York, na Filadélfia e em outras partes do leste dos Estados Unidos como consequência das tempestades sem precedentes na noite de quarta-feira (1º), com as águas invadindo casas e veículos.

<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/chuva-em-nova-york-e-nova-jersey-deixa-mortos-e-feridos/>

Os impactos mencionados foram causados pelo

- a) furacão Ida.
- b) furacão Katrina.
- c) furacão Irma.
- d) furacão Grace.
- e) furacão Mitch.

Comentário:

A notícia refere-se ao **furacão Ida**.

Passagem do furacão Ida mata ao menos 46 pessoas na Costa Leste dos EUA

Efeitos do furacão desencadearam inundações mortais em velocidade recorde em Nova York, na Filadélfia e em outras partes do leste dos Estados Unidos



[Madeline Holcombe](#) e [Jason Hanna](#), da CNN

02/09/2021 às 06:40 | Atualizado 02/09/2021 às 23:35

Compartilhe: [f](#) [t](#) [in](#) [v](#) [F](#)

GABARITO A

69 - (6º Simulado Geral. 2021. Inéditas) Indígenas de diversas regiões do país voltaram a protestar na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, nesta quarta-feira (25). O tema estava na pauta de julgamentos do Supremo Tribunal Federal (STF) desta tarde, no entanto, acabou não entrando em discussão.

Os indígenas saíram do acampamento montado desde domingo, a dois quilômetros do Congresso Nacional, e iniciaram a marcha, pela Esplanada. Eles seguiram até o STF, na Praça dos Três Poderes, carregando faixas com frases como "terra protegida".

<https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2021/08/25/indigenas-voltam-a-protestar-em-brasilia-ghtml-adaptada>

Qual é o motivo dos protestos indígenas?

- a) com o objetivo de criar e discutir políticas que pudessem zelar pelos índios na América.
- b) contra o marco temporal para demarcação de terras.
- c) desigualdades no acesso a vacina para os indígenas.
- d) contra o desmatamento e disseminação de tribos.
- e) contra o desemprego e a inflação.

Comentário:

Indígenas de diversas regiões do país voltaram a protestar na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, nesta quarta-feira (25), contra o chamado **"marco temporal" para a demarcação de terras.**

Indígenas voltam a protestar em Brasília contra marco temporal para demarcação de terras

Tema estava na pauta do STF durante tarde desta quarta-feira (25). Pelo marco temporal, etnias só podem reivindicar terras que já ocupavam antes da Constituição de 1988; foi segundo dia consecutivo de manifestações na capital federal.

Por Carolina Cruz, G1 DF

25/08/2021 15h56 · Atualizado há 4 semanas



GABARITO B

70 - (6º Simulado Geral. 2021. Inéditas) A respeito da Lei nº 13.146/2015, a pessoa com deficiência será protegida de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, tortura, crueldade, opressão e tratamento desumano ou degradante. Conforme dispositivo (5º parágrafo único) da referida lei, para fins dessa proteção, são consideradas especialmente vulneráveis as seguintes pessoas com deficiência: a criança, a mulher, o idoso e

- a) o adolescente.
- b) os indígenas.
- c) a população quilombola.
- d) aqueles em situação de rua.
- e) os pobres na acepção jurídica do termo.

Comentário:

Art. 5º, Lei nº 13.146/2015. A pessoa com deficiência será protegida de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, tortura, crueldade, opressão e tratamento desumano ou degradante.

Parágrafo único. Para os fins da proteção mencionada no caput deste artigo, são considerados especialmente vulneráveis a criança, o adolescente, a mulher e o idoso, com deficiência.

GABARITO A

MATEMÁTICA

71 - (6º Simulado Geral. 2021. Inéditas) (6º Simulado Geral. 2021. Vunesp) Maria comprou 6 unidades de certo caderno ao valor total de R\$59,40, e Ricardo comprou 8 unidades do mesmo caderno, ao mesmo valor unitário pago por Maria. Ao pagar os cadernos comprados, Ricardo deu uma nota de R\$100,00. O correto valor de troco que ele recebeu foi de

- a) R\$22,70.
- b) R\$22,10.
- c) R\$21,60.
- d) R\$21,20.
- e) R\$20,80.

Comentário:

Cadernos de Maria:

$$6x = 59,40$$

$$x = 59,40 \div 6 = \text{R}\$9,90$$

Cadernos de Ricardo:

$$8 \cdot \text{R}\$9,90 = \text{R}\$79,20$$

$$\text{R}\$100,00 - \text{R}\$79,20 = \text{R}\$20,80$$

GABARITO E

72 - (6º Simulado Geral. 2021. Vunesp) Em uma loja, todos os modelos de camiseta têm o mesmo preço unitário, assim como todos os modelos de calça. Nessa loja, Rose comprou 5 camisetas e 3 calças, pagando o total de R\$456,00, e Anderson comprou 4 camisetas e 2 calças, pagando o total de R\$336,00. A diferença entre os valores unitários da calça e da camiseta é de

a) R\$24,00.

b) R\$25,00.

c) R\$26,00.

d) R\$27,00.

e) R\$28,00.

Comentário:

Camiseta = x

Calça = y

Rose:

$$5x + 3y = 456$$

Anderson:

$$4x + 2y = 336$$

Estamos diante de um sistema de equações que será usado a adição, então vamos usar os **coeficientes** e preliminarmente avançaremos eliminando o "y" repetindo o coeficiente debaixo multiplicando em cima e o de cima multiplicando em baixo, calculando o sistema equivalente. Vejamos:

$$5x + 3y = 456 \cdot 2$$

$$4x + 2y = 336 \cdot 3$$

$$10x + 6y = 912$$

$$12x + 6y = 1008$$

Adiante vamos diminuir as duas equações (-):

$$10x - 12x + 6y - 6y = 912 - 1008$$

$$-2x = -96 \quad (-1)$$

$$2x = 96$$

$$x = 96 \div 2$$

$$x = R\$48,00$$

Sabemos que o valor da camiseta corresponde a R\$48,00.

Agora, vamos calcular o valor da calça "y" utilizando a equação de Anderson:

$$4x + 2y = 336$$

$$4 \cdot 48 + 2y = 336$$

$$192 + 2y = 336$$

$$2y = 336 - 192$$

$$2y = 144$$

$$y = 144 \div 2$$

$$y = R\$72,00$$

Sabemos que o valor da calça corresponde a R\$72,00.

Por fim, a diferença entre os valores unitários da calça e da camiseta é de

$$R\$72,00 - R\$48,00 = \mathbf{R\$24,00}$$

GABARITO A

73 - (6º Simulado Geral. 2021. Vunesp) Um professor dispõe de 1200 folhas de papel sulfite, sendo 600 brancas, 420 amarelas e as demais, verdes. Ele quer formar blocos, cada um deles com o mesmo número de folhas e na maior quantidade possível, de modo que não sobre folha alguma. Sabendo que cada bloco só poderá ter folhas de uma mesma cor, o maior número possível de blocos que podem ser feitos é

- a) 22.
- b) 20.
- c) 18.
- d) 15.
- e) 12.

Comentário:

Estamos diante de uma questão de MDC (Máximo Divisor Comum):

$$1200 - 600 \text{ (brancas)} - 420 \text{ (amarelas)} = 180 \text{ (verdes)}$$

$$600, 420, 180 | 2$$

$$300, 210, 90 | 2$$

$$150, 105, 45 | 3$$

$$50, 35, 15 | 5$$

$$10, 7, 3 | 2 \cdot 2 \cdot 3 \cdot 5 = 60$$

$$10 + 7 + 3 = \mathbf{20}$$

GABARITO B

74 - (6º Simulado Geral. 2021. Vunesp) Em uma fábrica, 3 máquinas, todas de mesma capacidade de produção e trabalhando sem interrupções, produzem, juntas, um lote de peças em 1 hora e 38 minutos. Utilizando-se somente 2 dessas máquinas, o tempo necessário para produzir esse mesmo lote de peças será de

- a) 2 horas e 27 minutos.
- b) 2 horas e 32 minutos.
- c) 2 horas e 36 minutos.
- d) 2 horas e 41 minutos.
- e) 2 horas e 45 minutos.

Comentário:

Regra de três:

$$3m = 98 \text{ min}$$

$$2m = x$$

Estamos diante de **grandezas inversamente proporcionais**, logo,

$$2m = 98 \text{ min}$$

$$3m = x$$

$$2x = 98.3$$

$$2x = 294$$

$$x = 294 \div 2$$

$$x = 147 \text{ min}$$

$$147 \div 60 = \mathbf{2 \text{ horas e } 27 \text{ minutos}}$$

GABARITO A

75 - (6º Simulado Geral. 2021. Vunesp) Uma pessoa organizou 66 pastas em dois dias. Se o número de pastas organizadas no segundo dia foi igual a $\frac{5}{6}$ do número de pastas organizadas no primeiro dia, então, no segundo dia, o número de pastas organizadas foi

- a) 30.
- b) 32.
- c) 34.
- d) 36.
- e) 38.

Comentário:

Total de pastas (dois dias): 66

1º dia: x

2º dia: $\frac{5}{6}x$

$$x + \frac{5}{6}x = 66$$

$$\frac{6x}{6} + \frac{5x}{6} = \frac{66}{6}$$

$$\frac{6x+5x}{6} = \frac{396}{6}$$

$$6x + 5x = 396$$

$$11x = 396$$

$$x = \frac{396}{11}$$

$$x = 36$$

Vale destacar que o enunciado pede o 2º dia, logo, cuidado para não assinalar a alternativa “d”.

1º dia: 36

2º dia: $\frac{5}{6}x$

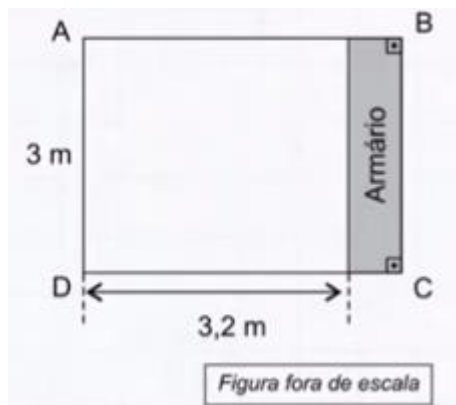
$$\frac{5}{6}x$$

$$\frac{5}{6} \cdot 36$$

$$\frac{180}{6} = 30$$

GABARITO A

76 - (6º Simulado Geral. 2021. Vunesp) Um quarto retangular ABCD, com 3 m de largura, foi colocado um armário, ocupando toda a extensão dessa largura, conforme mostra a figura.



Sabendo que a área pelo armário é de 2,1 m², o perímetro do quarto ABCD é igual a

- a) 12,5 m.
- b) 12,8 m.
- c) 13,1 m.
- d) 13,5 m.
- e) 13,8 m.

Comentário:

Área do armário: 2,1 m²

Base: x

Altura: 3 m

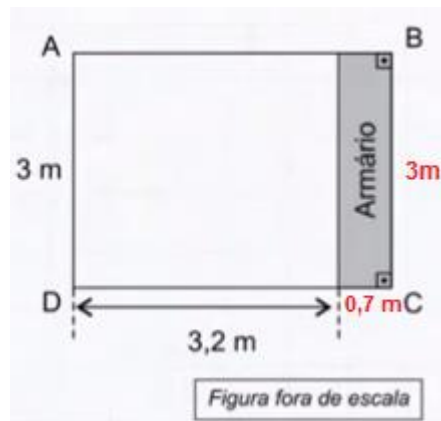
Sabemos que o armário é um retângulo, então, **base . altura = área**

$$x \cdot 3 = 2,1 \text{ m}^2$$

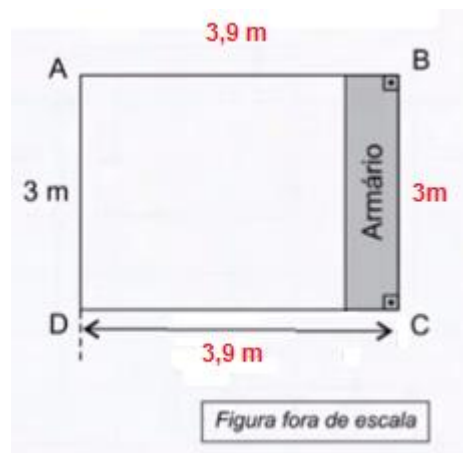
$$3x = 2,1$$

$$x = 2,1 \div 3$$

$$x = 0,7$$



Adiante,



O perímetro do quarto ABCD é igual a

$$3 + 3,9 + 3 + 3,9 = \mathbf{13,8 \text{ m}}$$

GABARITO E

77 – (6º Simulado Geral. 2020. Vunesp) Com a pasta Pasta 2 selecionada, tem-se a Caixa de Pesquisa no Windows Explorer (Explorador de Arquivos), em um computador com Microsoft

Windows 10, em sua configuração original

Pesquisar Pasta 2



. Um usuário preencheu nessa caixa o conteúdo *uniao.* e pressionou ENTER. Considerando que essa pasta contém os arquivos a seguir, assinale a alternativa que indica quais serão apresentados como resultado da pesquisa. Ata reuniao.txt controle reuniões.txt reuniao.txt reunião fevereiro.txt Seguranca na reunião2.txt

- A) Ata reuniao.txt, reuniao.txt e Seguranca na reunião2. txt, apenas
- B) reuniao.txt, apenas
- C) Ata reuniao.txt, controle reuniões.txt, reuniao.txt, reunião fevereiro.txt e Seguranca na reunião2.txt
- D) Ata reuniao.txt e reuniao.txt, apenas
- E) Ata reuniao.txt, reuniao.txt, reunião fevereiro.txt e Seguranca na reunião2.txt

Comentário

Tema que vem sendo tendência da Vunesp: Uso de caracteres coringas na busca.

Os caracteres coringas são freqüentemente usados no lugar de um ou mais caracteres quando se não sabe qual é o carácter real ou não quer digitar o nome inteiro do arquivo.

No caso da questão, foram utilizados dois asteriscos (*...*). É como se eu estivesse procurado um arquivo que tem uniao. no meio, mas eu não sei o que está descrito na esquerda e nem na direita.

Na prática, tal busca vai trazer arquivos que tenham união. no nome.

Dessa forma, serão apresentados os seguintes resultados:

- Ata reuniao.txt e reuniao.txt, apenas

OBS: Perceba que não foi utilizado o sinal diacrítico do TIL em união. A pesquisa vai retornar exatamente uniao.

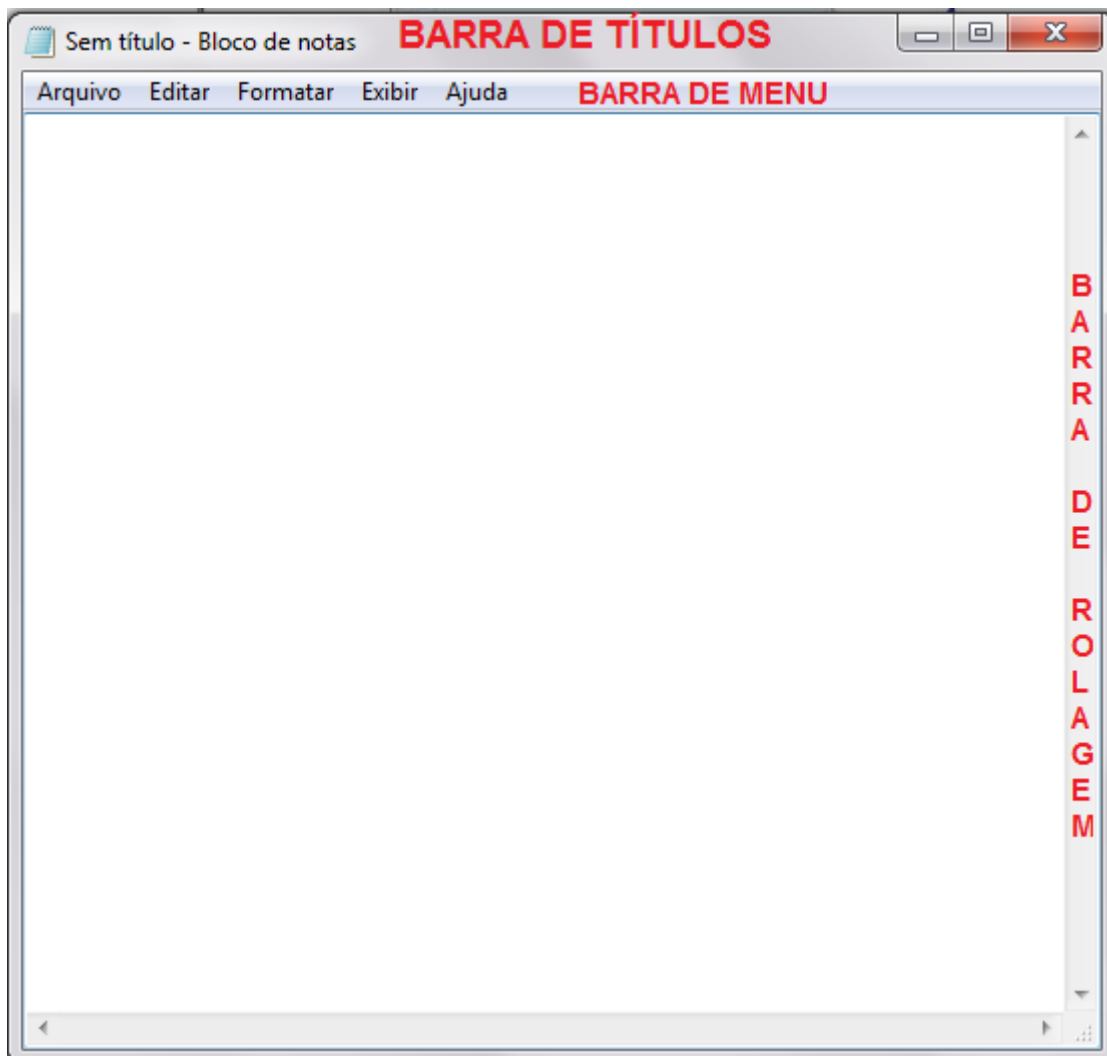
GABARITO D

78 - (6º Simulado Geral. 2020. Vunesp) Um usuário do programa MS-Windows 10, em sua configuração padrão, está utilizando o Bloco de Notas para editar um texto e a janela desse programa ocupa totalmente a tela do computador. Para reduzir o tamanho dessa janela, o usuário deverá utilizar seus botões de dimensionamento, localizados na sua barra de

- A) ferramentas.
- B) formatação.
- C) menus.
- D) título.
- E) trabalho.

Comentário

Os botões de dimensionamento (maximizar e minimizar) estão localizados na barra de títulos:



GABARITO D

79 - (6º Simulado Geral. 2019. Vunesp) Um usuário de um computador, com o sistema operacional Windows 10, selecionou com o mouse, em sua configuração padrão, o arquivo A.txt que se encontrava na pasta Documentos do Windows, e arrastou-o para a Área de Trabalho. Em relação a essa situação, é correto afirmar que, caso o arquivo tenha sido arrastado com o botão

A) direito do mouse mantido pressionado, o arquivo será aberto pelo Bloco de Notas do Windows.

B) direito do mouse mantido pressionado, um atalho para o arquivo será criado na Área de Trabalho.

C) direito do mouse mantido pressionado, será exibida uma lista com opções para selecionar, dentre elas, “Mover para cá”.

D) esquerdo do mouse mantido pressionado, uma cópia do arquivo será colocada na Área de Trabalho.

E) esquerdo do mouse mantido pressionado, será exibida uma lista com opções para selecionar, dentre elas, “Criar atalhos aqui”.

Comentário

Ao arrastar qualquer arquivo de alguma pasta do Windows para a área de trabalho:

- **Com o botão direito pressionado:** é exibida uma lista com opções para selecionar, como copiar aqui, mover para cá etc.
- **Com o botão esquerdo pressionado:** o arquivo é movido (e não copiado).

GABARITO C

80 - (6º Simulado Geral. 2021. Vunesp) Em uma pasta em um computador com o Microsoft Windows 10, existe apenas um arquivo, chamado Controle.xlsx. Um usuário está editando um documento no Microsoft Word 2016 e deseja salvá-lo com nome de Controle nessa mesma pasta. Considerando que todos os aplicativos estão em suas configurações originais e que não há restrições de espaço ou de gravação no computador, assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do texto. O usuário _____ gravar o arquivo Controle editado no Microsoft Word porque _____ do novo arquivo é _____ do arquivo já existente.

A) não conseguirá ... a extensão ... a mesma

B) não conseguirá ... o nome ... o mesmo

C) conseguirá ... a extensão ... diferente

D) conseguirá ... a extensão ... a mesma

E) não conseguirá ... a extensão ... diferente

Comentário

C) conseguirá ... a extensão ... diferente

CORRETA. Pois é possível salvar documentos com o mesmo nome, desde que a extensão seja diferente.

Portanto, eu posso, por exemplo, TER 3 arquivos com o mesmo nome: um no formato docx (word), outro no formato pptx (powerpoint) e outro em xlsx (excel).

GABARITO C

81 - (6º Simulado Geral. 2021. Inéditas) O MS-Word 2016 disponibiliza, por meio da guia Inserir, o recurso denominado SmartArt. Considere os seguintes elementos do SmartArt.

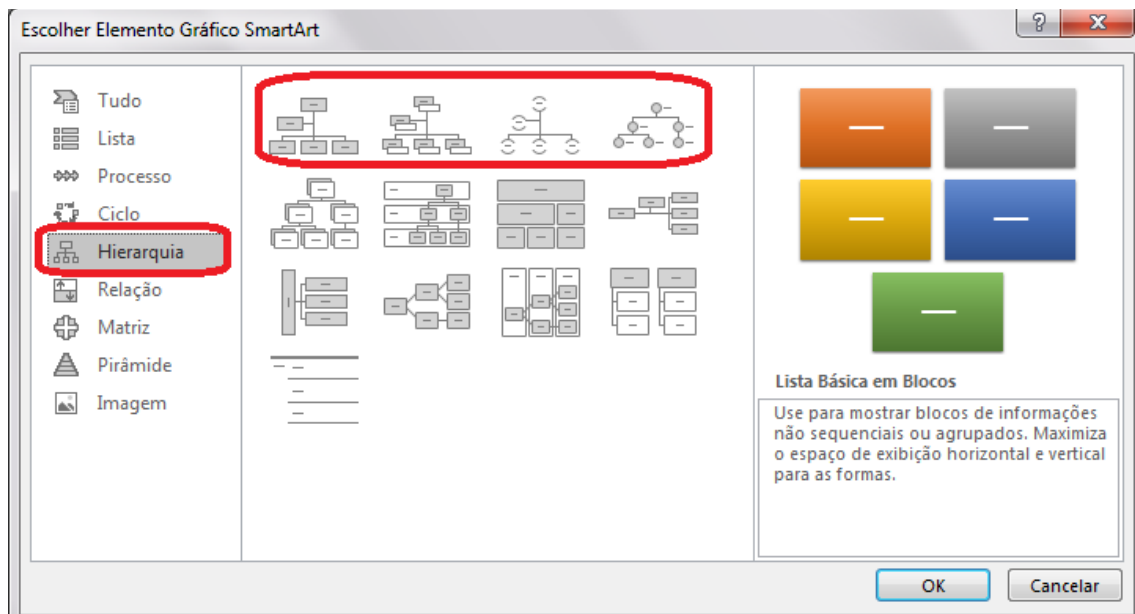


Esses elementos do SmartArt pertencem à categoria:

- a) Hierarquia
- b) Relação
- c) Matriz
- d) Processo.
- e) Ciclo

Comentário

Tais elementos pertencem à categoria Hierarquia:



GABARITO A

82 – (6º Simulado Geral. 2021. Inéditas) Na Guia Referências do MS-Word 2016, há uma função chamada “Marcar Entrada”, que serve para adicionar o texto selecionado ao índice. As teclas de atalho que permitem inserir tal função é:

- a) ALT + CTRL + F
- b) ALT + CTRL + D
- c) ALT + SHIFT + X
- d) ALT + CTRL + ESPAÇO
- e) F1

Comentário

a) ALT + CTRL + F

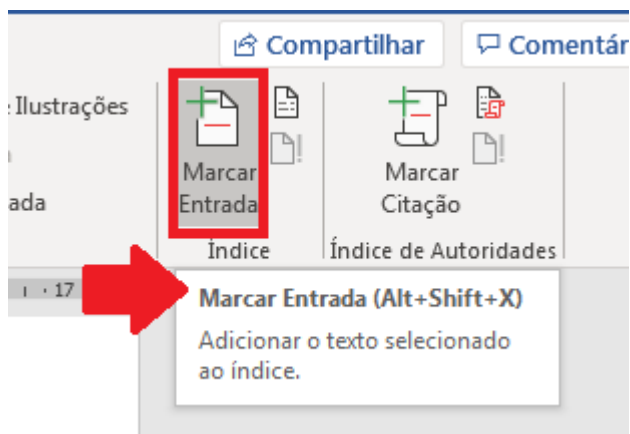
INCORRETA. Esse atalho é para inserir Nota de Rodapé.

b) ALT + CTRL + D

INCORRETA. Esse atalho é para inserir Nota de Fim

c) ALT + SHIFT + X

CORRETA. De fato, esse é o atalho para “Marcar Entrada”.



d) ALT + CTRL + ESPAÇO

INCORRETA. Esse atalho é para acionar a função “Ler em voz alta”.

e) F1

INCORRETA. Esse atalho é para acionar “Ajuda”.

GABARITO C

83 - (6º Simulado Geral. 2021. Inéditas) Tem-se a seguinte planilha criada no Microsoft Excel 2016, em sua configuração padrão.

	A	B	C	D
1	9	5	8	3
2	8	9	9	0
3	8	7	5	2
4	8	4	6	1

Assinale a alternativa com os resultados das seguintes fórmulas, a serem aplicadas nas células A5, A6 e A7, respectivamente. =CONT.VALORES(A1:D4) =CONT.NÚM(A1:D4) =CONTAR.VAZIO(A1:D4)

- A) 15, 15, 0
- B) 15, 15, 1
- C) 15, 16, 1
- D) 16, 16, 0
- E) 16, 16, 1

Comentário

CONT. VALORES- retorna o número de células que estão preenchidas, independentemente de ser número ou texto.

- O resultado é 16, pois as 16 células estão preenchidas.

CONT.NÚM - retorna o número de células no intervalo que estão preenchidas com números.

- O resultado é 16, pois as 16 células estão preenchidas com números.

CONTAR.VAZIO – retorna o número de células vazias (que não foram preenchidas)

- O resultado será 0, pois não há nenhuma célula vazia.

GABARITO D

84 - (6º Simulado Geral. 2021. Inéditas) A seguinte planilha foi editada por um usuário no Microsoft Office Excel (versão 2013 ou 2016, em sua configuração padrão e versão em português).

	A	B	C	D	E
1	1	2	2	5	
2	2	7	8	6	
3	3	6	4	7	
4	4	3	9	8	
5	5	6	6	9	
6					
7					
8					

Suponha que as seguintes fórmulas sejam digitadas nas células E6 e E7:

E6: =MÁXIMO(A1:A5)

E7: =MÍNIMO(D1:D5)

Considere, ainda, que a fórmula a seguir seja editada na célula E8:

=SE(E6<>E7;MAIOR(A1:C3;3);MENOR(A4:D5;2))

O resultado produzido em E8 será:

- A) 3
- B) 4
- C) 5
- D) 6
- E) 7

Comentário

A função MÁXIMO retorna o valor máximo de um conjunto de argumentos.

Assim, vamos calcular E6:

E6: =MÁXIMO(A1:A5):

- Essa fórmula vai retornar o valor máximo contido no intervalo de A1 até A5.
- Portanto, o resultado será 5
- E6 = 5

A função MÍNIMO retorna o valor mínimo de um conjunto de argumentos.

Assim, vamos calcular E7

E7: =MÍNIMO(D1:D5)

- Essa fórmula vai retornar o valor mínimo no intervalo contido entre D1 até D5.
- O resultado será 5
- E7 = 5

A função SE retorna um valor se uma condição especificada avaliar como verdadeiro e outro valor se for avaliado como falso.

Possui a seguinte sintaxe:

SE(teste_lógico, [valor_se_verdadeiro], [valor_se_falso])

Assim, vamos calcular E8:

=SE(E6<>E7;MAIOR(A1:C3;3);MENOR(A4:D5;2))

- Essa fórmula vai verificar se E6 é diferente de E7.
- “<>” sinal de diferente.
- Como E6 tem o mesmo valor que E7 (ambos equivalem a 5), o teste é falso e, por isso, será executada a fórmula MENOR (A4:D5;2).

A função MENOR retorna o menor valor k-ésimo do intervalo, isto é, vai exibir um valor de acordo com a sua posição relativo.

MENOR (A4:D5;2)

- Essa fórmula vai retornar o segundo menor valor contido no intervalo de A4 até D5.
- Os valores de A4 até D5 são: 4, 3, 9, 8, 5, 6, 6 e 8.
- Colocando em ordem crescente, teremos: 3, 4, 5, 6, 6, 8, 9 e 9.
- Portanto, o segundo menor valor é o 4.

GABARITO B

85 - (6º Simulado Geral. 2021. Outras)

	A	B	C
1	1	2	3
2	1	2	3
3	1	2	3
4			

Considerando o trecho de uma planilha do programa MS Excel 365 mostrado acima, assinale a alternativa que apresenta o valor resultante ao se digitar, na célula A4, a fórmula =CONT.SE(A1:C3;">=2").

- A) 2
- B) 4
- C) 6
- D) 8
- E) 10

Comentário

A função CONT.SE, segundo o suporte da Microsoft, é usada para contar o número de células que atendem a um critério. Por exemplo: para contar o número de vezes que uma cidade específica aparece em uma lista de clientes.

Na forma mais simples, a função CONT.SE informa:

=CONT.SE(Onde você quer procurar?; O que você quer procurar?)

Onde queremos procurar: intervalo de A1 até C3.

O que você quer procurar: números que são maiores ou iguais a 2.

Assim, como no intervalo de A1 até C3 nós temos 6 números maiores ou iguais a 2, o resultado será 6.

GABARITO C

86 - (6º Simulado Geral. 2021. Vunesp) Ao receber uma mensagem de correio eletrônico, João notou que seu e-mail (joao@empresa.com) e o de Maria (maria@empresa.com) estavam listados no campo “Para”, e o de seu gerente (gerente@empresa.com) estava listado no campo “CC” (com cópia).

Tal constatação indica que

- A) somente gerente@empresa.com pode responder a mensagem.
- B) joao@empresa.com, maria@empresa.com e gerente@empresa.com podem responder a mensagem.
- C) somente joao@empresa.com e maria@empresa.com podem responder a mensagem.
- D) somente joao@empresa.com pode responder a mensagem.
- E) somente maria@empresa.com e gerente@empresa.com podem responder a mensagem.

Comentário

O campo “para” é o destinatário original do e-mail. Importante destacar que a mensagem pode ser enviada para mais de um destinatário, sendo certo que todos dessa lista saberão quem recebeu o e-mail.

O campo “Cc” (com cópia) é geralmente usado para o destinatário interessado, mas não é destinatário principal. Todos que recebem essa cópia conseguem ver o endereço de quem mais a recebeu.

O campo “Cco” (com cópia oculta) é geralmente usado para o destinatário interessado, porém a pessoa que recebe esse e-mail não consegue ver quem mais recebeu uma cópia deste.

Todos os destinatários incluídos em quaisquer dos três campos podem responder a mensagem.

GABARITO B

87 – (6º Simulado Geral. 2020. Vunesp) Um assistente social, cuja conta de e-mail é assistentesocial@avare.gov.br, utilizando o MS-Outlook 2010, em sua configuração padrão, recebeu um e-mail cujos campos estavam definidos, como mostrado a seguir.

De: usuario@avare.gov.br
Para: assistentesocial@avare.gov.br ; tecnico@avare.gov.br
Cc: analista@avare.gov.br
Assunto: indicar imprensa@avare.gov.br

Ao clicar em Responder, seu e-mail será enviado apenas para

- A) assistentesocial@avare.gov.br
- B) tecnico@avare.gov.br
- C) usuario@avare.gov.br
- D) assistentesocial@avare.gov.br e tecnico@avare.gov.br
- E) assistentesocial@avare.gov.br, tecnico@avare.gov.br e usuario@avare.gov.br

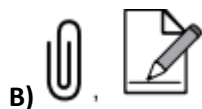
Comentário

Como foi utilizado “Responder”, apenas o remetente irá receber resposta, ou seja, o e-mail será enviado apenas para usuario@avare.gov.br.

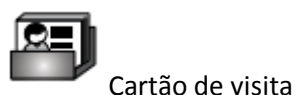
OBS: “Responder a todos” deve ser utilizado quando quiser que o remetente e as pessoas em cópia recebem o e-mail de resposta.

GABARITO C

88 - (6º Simulado Geral. 2018. Vunesp) Utilizando o MS-Outlook 2010, a partir da sua configuração padrão, para preparar um e-mail, na guia “Inserir”, grupo “Incluir”, os ícones utilizados para inserir respectivamente uma “Assinatura” e um “Cartão de Visita” são:



Comentário



GABARITO E

89 – (6º Simulado Geral. 2021. Inéditas) No site de pesquisas Google, em sua configuração original, é possível colocar um caractere antes de uma palavra, fazendo com que essa palavra seja pesquisada em mídias sociais.

Assinale a alternativa que corresponde ao caractere descrito no enunciado:

A) *

B) !

C) –

D) @

E) #

Comentário

No Google, é possível usar símbolos ou palavras na pesquisa para tornar os resultados mais precisos.

As técnicas mais comuns de pesquisa, segundo o suporte do Google são as seguintes:

Técnicas comuns de pesquisa

Pesquisar em mídias sociais

Coloque um @ antes de uma palavra para pesquisar em mídias sociais. Por exemplo: @twitter.

Pesquisar um preço

Coloque um \$ antes de um número. Por exemplo: câmera \$400.

Pesquisar hashtags

Coloque uma # antes de uma palavra. Por exemplo: #tbt

Excluir palavras da pesquisa

Coloque um - antes de uma palavra que você queira deixar de fora. Por exemplo, velocidade do jaguar - carro

Pesquisar uma correspondência exata

Coloque uma palavra ou frase entre aspas. Por exemplo, "prédio mais alto do mundo".

Pesquisar dentro de um intervalo de números

Coloque .. entre dois números. Por exemplo, câmera \$50..\$100.

Combinar pesquisas

Coloque "OR" entre cada consulta de pesquisa. Por exemplo, maratona OR corrida.

Pesquisar um site específico

Coloque "site:" antes de um site ou domínio. Por exemplo, site:youtube.com ou site:.gov.

Pesquisar sites relacionados

Coloque "related:" antes de um endereço da Web que você já conhece. Por exemplo, related:time.com.

Ver a versão em cache do Google de um site

Coloque "cache:" antes do endereço do site.

GABARITO D

90 – (6º Simulado Geral. 2021. Inéditas) No Microsoft Teams, é possível compartilhar tudo o que é importante para o usuário, como imagens, arquivos e links. Assinale a alternativa que corresponde às teclas de atalho que permitem anexar um arquivo em uma determinada conversa iniciada:

- a) CTRL + O
- b) CTRL + E
- c) CTRL + SHIFT + H
- d) CTRL + SHIFT + F
- e) CTRL + SHIFT + M

Comentário

a) CTRL + O

CORRETA. De fato, esse atalho é para anexar um arquivo.

b) CTRL + E

INCORRETA. Esse atalho é para “ir para pesquisar”.

c) CTRL + SHIFT + H

INCORRETA. Esse atalho é para abrir o menu Histórico.

d) CTRL + SHIFT + F

INCORRETA. Esse atalho é para abrir o filtro.

e) CTRL + SHIFT + M

INCORRETA. Esse atalho é para alternar mudo em reuniões e chamadas.

GABARITO A

RACIOCÍNIO LÓGICO

91 - (6º Simulado Geral. 2020. Vunesp) Considere as afirmações e seus respectivos valores lógicos.

I. Se Paulo é a favor do projeto, então Roberto não é. VERDADEIRA.

II. Se Sócrates é a favor do projeto, então Tadeu é. VERDADEIRA.

III. Paulo não é a favor do projeto e Uriel é. FALSA.

IV. Virgílio é a favor do projeto e Tadeu é. FALSA.

V. Sócrates é a favor do projeto e Roberto é. VERDADEIRA.

A partir dessas informações é verdadeira a proposição:

a) Se Virgílio não é a favor do projeto, então Paulo é.

b) Se Uriel é a favor do projeto, então Virgílio é.

c) Tadeu é a favor do projeto e Paulo é.

d) Se Roberto é a favor do projeto, então Uriel é.

e) Se Uriel não é a favor do projeto, então Tadeu não é.

Comentário:

V. Sócrates é a favor do projeto **e** Roberto é. VERDADEIRA.

V

V

Estamos diante de uma **conjunção (e “^”)** que para ser verdadeira as duas partes devem ser verdadeiras.

p	q	p ^ q
V	V	V
V	F	F
F	V	F
F	F	F



I. **Se** Paulo é a favor do projeto, **então** Roberto não é. VERDADEIRA.

F

F

Estamos diante de uma **condicional (Se... então “ \rightarrow ”)**, onde sabemos que a 2ª parte é falsa, pois Roberto é, logo para ser verdadeiro a 1ª parte também deve ser falsa.

p	q	$p \rightarrow q$
V	V	V
V	F	F
F	V	V
F	F	V

II. **Se** Sócrates é a favor do projeto, **então** Tadeu é. **VERDADEIRA.**

V

V

Estamos diante de uma **condicional (Se... então “ \rightarrow ”)**, onde sabemos que a 1ª parte é verdadeira, pois Sócrates é a favor do projeto, logo para ser verdadeiro a 2ª parte também será verdadeira.

p	q	$p \rightarrow q$
V	V	V
V	F	F
F	V	V
F	F	V

III. Paulo não é a favor do projeto **e** Uriel é. **FALSA.**

V

F

Estamos diante de uma **conjunção (e “ \wedge ”)**, onde sabemos que a 1ª parte é verdadeira, pois Paulo é a favor do projeto é falso, logo para ser falso a 2ª deverá ser falsa.

p	q	$p \wedge q$
V	V	V
V	F	F
F	V	F
F	F	F

IV. Virgílio é a favor do projeto **e** Tadeu é. **FALSA.**

F

V

Estamos diante de uma **conjunção (e “ \wedge ”)**, onde sabemos que a 2ª parte é verdadeira, visto que Tadeu é, logo para ser falso a primeira parte deverá ser falsa.

p	q	$p \wedge q$
V	V	V
V	F	F
F	V	F
F	F	F



Concluimos que:

- Sócrates é a favor do projeto.
- Roberto é a favor do projeto.
- Paulo não é favor do projeto.
- Uriel não é favor do projeto.
- Virgílio não é favor do projeto.
- Tadeu é a favor do projeto.

Vamos analisar cada alternativa:

a) Se Virgílio não é a favor do projeto, então Paulo é.

V

F

p	q	$p \rightarrow q$
V	V	V
V	F	F
F	V	V
F	F	V



b) Se Uriel é a favor do projeto, então Virgílio é.

F

F

p	q	$p \rightarrow q$
V	V	V
V	F	F
F	V	V
F	F	V



c) Tadeu é a favor do projeto e Paulo é.

V

F

p	q	$p \wedge q$
V	V	V
V	F	F
F	V	F
F	F	F

d) Se Roberto é a favor do projeto, então Uriel é.

V

F

p	q	$p \rightarrow q$
V	V	V
V	F	F
F	V	V
F	F	V

e) Se Uriel não é a favor do projeto, então Tadeu não é.

V

F

p	q	$p \rightarrow q$
V	V	V
V	F	F
F	V	V
F	F	V

GABARITO B

92 - (6º Simulado Geral. 2020. Outras) Complete a sequência:

$$\frac{4}{9}, \frac{25}{16}, \frac{36}{49}, \frac{81}{64}, \frac{?}{?}$$

A opção correta é:

a) $\frac{81}{100}$

b) $\frac{100}{81}$

c) $\frac{100}{121}$

d) $\frac{121}{100}$

e) $\frac{81}{121}$

Comentário:

Vamos encontrar a sequência lógica:

Notamos que temos uma ordem crescente, sendo todos os números o quadrado de seus números:

$$2^2, 3^2, 5^2, 4^2, 6^2, 7^2, 8^2, 9^2$$

$$\frac{2}{3}, \frac{4}{5}, \frac{6}{7}, \frac{8}{9}, \frac{10}{11}$$

Completando a sequência temos:

$$\frac{10}{11} = \frac{100}{121}$$

GABARITO C

93 - (6º Simulado Geral. 2020. Outras) A negativa da afirmação "Todos os homens carregam todas suas malas" é

- a) Nenhum homem carrega todas suas malas.
- b) Todos os homens carregam apenas uma de suas malas.
- c) Pelo menos um homem não carrega nenhuma de suas malas.
- d) Todos os homens não carregam nenhuma de suas malas.
- e) Pelo menos um homem não carrega todas suas malas.

Comentário:

"Todos os homens carregam todas suas malas"

Negação de todo, algum e nenhum

PROPOSIÇÃO	NEGAÇÃO
Todo... é...	Algum... não é... Pelo menos um... não é... Existe... que não é...
Nenhum... é...	Algum... é... Pelo menos um... é... Existe... que é...

Analisando as possibilidades a negação da afirmação corresponde a

"Pelo menos um homem não carrega todas suas malas"

GABARITO E

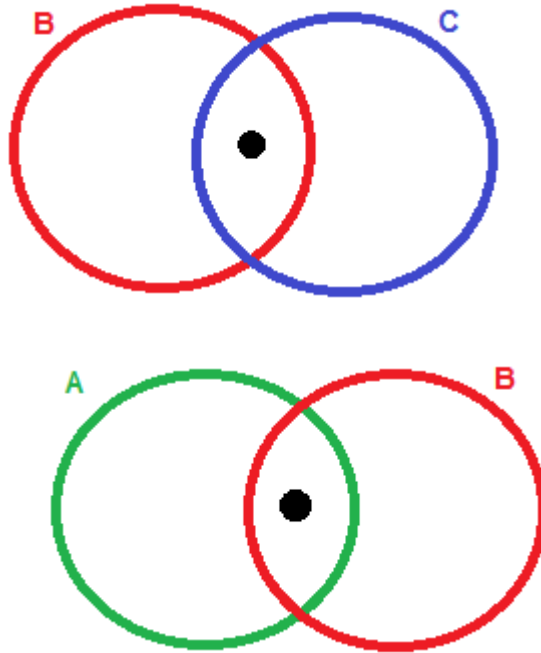
94 - (6º Simulado Geral. 2020. Outras) Uma empresa é especialista na fabricação de três tipos de produtos, eles aqui serão chamados de tipo A, tipo B e tipo C. Considere que "Algum B é C", que "Algum A é B" e "Nenhum C é A" e assinale a alternativa correta.

- a) "Algum produto do tipo A é também do tipo C" é uma afirmação correta.
- b) "Algum produto do tipo C não é do tipo B" é uma afirmação correta.
- c) "Algum produto do tipo B não é do tipo A" é uma afirmação correta.
- d) "Todo produto do tipo A não é do tipo C" é uma afirmação falsa.
- e) "Nenhum produto do tipo B é do tipo C" é uma afirmação correta.

Comentário:

Vamos aplicar os diagramas lógicos:

- Algum B é C;
- Algum A é B;
- Nenhum C é A;



Vamos analisar as alternativas:

a) ~~"Algum produto do tipo A é também do tipo C" é uma afirmação correta.~~

FALSA, pois sabemos que nenhum produto do tipo "C" é do tipo "A".

b) ~~"Algum produto do tipo C não é do tipo B" é uma afirmação correta.~~

FALSA, pois sabemos que algum produto do tipo "B" é do tipo "C".

c) *"Algum produto do tipo B não é do tipo A" é uma afirmação correta.*

VERDADEIRA, pois sabemos que tanto temos produto do tipo "A" que será do produto "B", como também não teremos produto do tipo "A" não será do produto "B".

d) ~~"Todo produto do tipo A não é do tipo C" é uma afirmação falsa.~~

FALSA, pois sabemos que nenhum produto "C" é do produto "A".

e) ~~"Nenhum produto do tipo B é do tipo C" é uma afirmação correta.~~

FALSA, pois sabemos que pelo menos algum produto "B" também será produto "C".

GABARITO C

95 - (6º Simulado Geral. 2020. Outras) A seguir temos uma sequência formada segundo uma certa regra:

3, 4, 7, 14, 29, 60, ...

O décimo termo dessa sequência é:

- a) 117.
- b) 234.
- c) 466.
- d) 936.
- e) 1016.

Comentário:

Notamos que a sequência lógica se inicia com o número 3 que multiplicado pelo número anterior (2), subtraímos por -2 e seguindo será aumentado em um em um, as posso que na sequência adicionaremos. Vejamos:

1º Termo	3			
2º Termo	3	x 2	- 2	= 4
3º Termo	4	x 2	- 1	= 7
4º Termo	7	x 2	0	= 14
5º Termo	14	x 2	+ 1	= 29
6º Termo	29	x 2	+ 2	= 60
7º Termo	60	x 2	+ 3	= 123
8º Termo	123	x 2	+ 4	= 250
9º Termo	250	x 2	+ 5	= 505
10º Termo	505	x 2	+ 6	= 1016

GABARITO E

96 - (6º Simulado Geral. 2020. Outras) Observe as proposições compostas abaixo:

I – Carlos é amigo de Caio e irmão de Clara;

II – Se Carlos é amigo de Caio, então é irmão de Clara;

III – Caio é primo de Charles e colega de Clara;

Sabe-se que o valor lógico das proposições I e II é F (falso) e o valor lógico da proposição III é V (verdadeiro). Com base nestas informações, é correto afirmar que:


- a) Carlos é amigo de Caio e Caio não é colega de Clara.
- b) Carlos não é amigo de Caio e irmão de Clara.
- c) Carlos é irmão de Clara.
- d) Carlos é amigo de Caio e Caio é colega de Clara.
- e) Caio não é primo de Charles.

Comentário:

I – Carlos é amigo de Caio **e** irmão de Clara = **F**

Estamos diante de uma **conjunção (e “^”)**, que para ser falsa teremos algumas possibilidades:

p	q	p ^ q
V	V	V
V	F	F
F	V	F
F	F	F



II – **Se** Carlos é amigo de Caio, **então** é irmão de Clara = **F**

V

F

Estamos diante de uma **condicional (Se... então “->”)**, que para ser falsa a 1ª parte será verdadeira e a 2ª parte será falsa.

Mnemônico: **V**era **F**ischer é falsa.

p	q	$p \rightarrow q$
V	V	V
V	F	F
F	V	V
F	F	V



III – Caio é primo de Charles **e** colega de Clara = V

V

V

Estamos diante de uma **conjunção (e “^”)**, que para ser verdadeiro a 1ª parte deve ser verdadeira e a 2ª parte também.

p	q	$p \wedge q$
V	V	V
V	F	F
F	V	F
F	F	F



Vamos analisar as alternativas:

a) ~~Carlos é amigo de Caio e Caio não é colega de Clara.~~

V

F

INCORRETA, pois, sabemos que Carlos é amigo de Caio é verdadeiro e não é amigo de Clara é falso.

p	q	$p \wedge q$
V	V	V
V	F	F
F	V	F
F	F	F



b) ~~Carlos não é amigo de Caio e irmão de Clara.~~

F

F

INCORRETA, pois sabemos que Carlos é amigo de Caio e não é irmão de Clara.

p	q	$p \wedge q$
V	V	V
V	F	F
F	V	F
F	F	F



c) *Carlos é irmão de Clara.*

INCORRETA, pois Carlos não é irmão de Clara.

d) *Carlos é amigo de Caio e Caio é colega de Clara.*

V

V

CORRETA, sabemos que Carlos é amigo de Caio e colega de Clara.

p	q	$p \wedge q$
V	V	V
V	F	F
F	V	F
F	F	F



e) ~~*Caio não é primo de Charles.*~~

INCORRETA, pois Caio é primo de Charles.

GABARITO D

97 - (6º Simulado Geral. 2020. Outras) James teve três filhos: Júnior, Ricardo e Paulo. Sabemos que ou Júnior é o mais velho ou Ricardo é o mais moço e que também ou Ricardo é o mais velho ou Paulo é o mais velho. Nessa situação, é correto dizer, sobre os filhos de James, que:

- a) Júnior é o mais velho e Ricardo é o mais moço.
- b) Ricardo é o mais velho e Júnior é o mais moço.
- c) Paulo é o mais velho e Júnior é o mais moço.
- d) Ricardo é o mais velho e Paulo o mais moço.
- e) Paulo é o mais velho e Ricardo o mais moço.

Comentário:

Inicialmente vamos considerar as proposições verdadeiras.

Analisando a **proposição II**, podemos afirmar que ou Paulo, ou Ricardo é o mais velho, pois ou um dos dois deve ser o mais velho.

Sendo assim, podemos concluir que a 1ª parte da proposição I é falsa, pois não poderá Júnior ser o mais velho, então a 2ª necessariamente será verdadeira.

I. **ou** Júnior é o mais velho **ou** Ricardo é o mais moço = **V**

F **V**

Estamos diante de uma **disjunção exclusiva (\vee "ou ... ou)** que só será falsa quando os valores lógicos forem iguais.

p	q	$p \vee q$
V	V	F
V	F	V
F	V	V
F	F	F



II. **ou** Ricardo é o mais velho **ou** Paulo é o mais velho = **V**

F **V**

p	q	$p \vee q$
V	V	F
V	F	V
F	V	V
F	F	F



Vamos analisar as alternativas:

a) ~~Júnior é o mais velho e Ricardo é o mais moço.~~

F **V**

INCORRETA, pois Júnior não é o mais velho e Ricardo é o mais moço e na condicional para ser verdadeiro ambas as partes devem ser verdadeiras.

p	q	$p \wedge q$
V	V	V
V	F	F
F	V	F
F	F	F



b) ~~Ricardo é o mais velho e Júnior é o mais moço.~~

F **F**

INCORRETA, pois Ricardo é o mais moço e Júnior é o mais moço é falso e na condicional para ser verdadeiro ambas as partes devem ser verdadeiras.

p	q	$p \wedge q$
V	V	V
V	F	F
F	V	F
F	F	F

c) ~~Paulo é o mais velho e Júnior é o mais moço.~~

V

F

INCORRETA, pois Paulo é o mais velho é verdadeiro e Júnior é o mais moço é falso e na condicional para ser verdadeiro ambas as partes devem ser verdadeiras.

p	q	$p \wedge q$
V	V	V
V	F	F
F	V	F
F	F	F

d) ~~Ricardo é o mais velho e Paulo o mais moço.~~

F

F

INCORRETA, pois Ricardo não é o mais velho e Paulo não é o mais moço e na condicional para ser verdadeiro ambas as partes devem ser verdadeiras.

p	q	$p \wedge q$
V	V	V
V	F	F
F	V	F
F	F	F

e) Paulo é o mais velho e Ricardo o mais moço.

V

V

CORRETA, pois Paulo é o mais velho e Ricardo o mais moço e na condicional para ser verdadeiro ambas as partes devem ser verdadeiras.

p	q	$p \wedge q$
V	V	V
V	F	F
F	V	F
F	F	F



GABARITO E

98 - (6º Simulado Geral. 2020. Vunesp) Considere as afirmações e a atribuição de seus respectivos valores lógicos.

- I. Tiago foi à escola ou Denise ficou dormindo. Afirmação VERDADEIRA.
- II. Fernando praticou natação, e Juliana fez a lição de casa. Afirmação FALSA.
- III. Caio não foi trabalhar ou Tiago não foi à escola. Afirmação VERDADEIRA.
- IV. Se Marcos estava doente, então Denise ficou dormindo. Afirmação FALSA.
- V. Ou Caio não foi trabalhar ou Juliana não fez a lição de casa. Afirmação VERDADEIRA.

A partir dessas informações, é correto concluir que

- a) Juliana não fez a lição de casa ou Fernando praticou natação.
- b) Tiago foi à escola, e Marcos não estava doente.
- c) Ou Denise não ficou dormindo ou Fernando não praticou natação.
- d) Juliana fez a lição de casa ou Denise ficou dormindo.
- e) Se Tiago foi à escola, então Caio foi trabalhar.

Comentário:

IV. Se Marcos estava doente, então Denise ficou dormindo. Afirmação **FALSA**.

V

F

Estamos diante de uma **condicional (Se... então “ \rightarrow ”)**, que para ser falsa a 1ª parte será verdadeira e a 2ª parte será falsa.

Mnemônico: **V**era **F**ischer é falsa.

p	q	$p \rightarrow q$
V	V	V
V	F	F
F	V	V
F	F	V



I. Tiago foi à escola **ou** Denise ficou dormindo. Afirmação **VERDADEIRA**.

V

F

Estamos diante de uma **disjunção inclusiva (ou "v")**, que só será falsa se ambas as partes forem falsas. Como sabemos que Denise ficou dormindo é falsa concluímos que Tiago foi à escola é verdadeiro.

p	q	$p \vee q$
V	V	V
V	F	V
F	V	V
F	F	F



III. Caio não foi trabalhar **ou** Tiago não foi à escola. Afirmação **VERDADEIRA**.

V

F

Estamos diante de uma **disjunção inclusiva (ou "v")**, que só será falsa se ambas as partes forem falsas. Como sabemos que Tiago não foi à escola é falso, logo, para ser verdadeira Caio não foi trabalhar é verdadeiro.

p	q	$p \vee q$
V	V	V
V	F	V
F	V	V
F	F	F



V. **Ou** Caio não foi trabalhar **ou** Juliana não fez a lição de casa. Afirmação **VERDADEIRA**.

V

F

Estamos diante de uma **disjunção exclusiva ($\underline{\vee}$ "ou ... ou)** que só será falsa quando os valores lógicos forem iguais. Como sabemos que Caio não foi trabalhar é verdadeira, logo, para ser verdade, Juliana não fez a lição de casa deve ser falso.

p	q	$p \underline{\vee} q$
V	V	F
V	F	V
F	V	V
F	F	F

II. Fernando praticou natação, **e** Juliana fez a lição de casa. Afirmação **FALSA**.

F

V

Estamos diante de uma **conjunção (e " \wedge ")**, que para ser verdadeiro a 1ª parte deve ser verdadeira e a 2ª parte também. Como sabemos que Juliana fez a lição de casa é verdadeiro, logo, para ser falsa, Fernando praticou natação deve ser falso.

p	q	$p \wedge q$
V	V	V
V	F	F
F	V	F
F	F	F

Vamos analisar as alternativas:

~~a) Juliana não fez a lição de casa **ou Fernando praticou natação.~~**

F

F

p	q	$p \vee q$
V	V	V
V	F	V
F	V	V
F	F	F

~~b) Tiago foi à escola, **e Marcos não estava doente.~~**

V

F

p	q	$p \wedge q$
V	V	V
V	F	F
F	V	F
F	F	F

e) ~~Ou Denise não ficou dormindo ou Fernando não praticou natação.~~

V

V

p	q	$p \vee q$
V	V	F
V	F	V
F	V	V
F	F	F

d) Juliana fez a lição de casa ou Denise ficou dormindo.

V

F

p	q	$p \vee q$
V	V	V
V	F	V
F	V	V
F	F	F

e) ~~Se Tiago foi à escola, então Caio foi trabalhar.~~

V

F

p	q	$p \rightarrow q$
V	V	V
V	F	F
F	V	V
F	F	V

GABARITO D

99 - (6º Simulado Geral. 2019. Vunesp) O irmão de Mário é administrador judiciário, mas o primo dele não. Sendo assim, é correto deduzir que

- a) Henrique é administrador judiciário e, portanto, não é primo de Mário.
- b) Se Sérgio é administrador judiciário, então ele é irmão de Mário.
- c) Mário não é irmão de Cláudio e, portanto, Cláudio não é administrador judiciário.
- d) Se Ronaldo não é primo de Mário, então ele não é administrador judiciário.
- e) Se Gilmar não é administrador judiciário, então ele é primo de Mário.

Comentário:

Vamos organizar as informações e reescrevê-las:

O irmão de Mário é administrador judiciário.

Vamos considerar "L" o nome do irmão de Mário, apenas para preencher a proposição.

I. "Se L é irmão de Mário, então ele é administrador judiciário"

O primo de Mário não é administrador judiciário.

Vamos considerar "Y" o nome do primo de Mário, apenas para preencher a proposição.

II. "Se Y é primo de Mário, então não é administrador judiciário"

Vamos aplicar o método da contrapositiva do condicional (Se... então "->") negamos as duas partes e invertemos as proposições:

I. "Se L não é administrador judiciário, então ele não é irmão de Mário"

II. "Se Y é administrador judiciário, então ele não é primo de Mário"

Vamos analisar as alternativas:

a) Henrique é administrador judiciário e, portanto, não é primo de Mário.

CORRETA, seguindo a proposição II, Henrique é um administrador judiciário, então ele não pode ser primo de Mário.

~~b) Se Sérgio é administrador judiciário, então ele é irmão de Mário.~~

INCORRETA, seguindo a proposição I, Sérgio é administrador judiciário, logo, não podemos afirmar se ele é irmão de Mário.

~~c) Mário não é irmão de Cláudio e, portanto, Cláudio não é administrador judiciário.~~

F

F ou V

INCORRETA, não podemos confirmar se Cláudio não é administrador judiciário, pois ele não ser irmão de Mário, não impede que seja administrador judiciário, visto que temos outras possibilidades na condicional.

Comentário:

Equivalência da **condicional (Se... então "→")**:

“**Se** todos ficam sentado, **então** eu fico em pé”

1ª Opção: Bizu do Neymar: Nega a 1ª proposição e mantém a 2ª proposição trocando o conectivo → (Se... então) pelo conectivo v(ou). ($\sim P \vee Q$)

“Nem todos ficam sentados **ou** eu fico em pé”

2ª Opção: Nega tudo e inverte. ($\sim Q \rightarrow \sim P$)

“**Se** eu não fico em pé, **então** nem todos ficam sentados”

GABARITO A